



Director: Lourenço Jossias | Editor: Nelo Cossa | Maputo, 14 de Abril de 2020 | SAI ÀS TERÇAS | Ano XII | Nº 669



Jornalista Ibraimo Mbaruco desaparece em Palma



Novo grupo de mercenários junta-se às FDS em Cabo Delgado



Soldados de papel continuam de pedra e cal na rua



Maleiane explica e contas continuam incompreensíveis

PUBLICIDADE

Agora é simples efectuar

- > Transferências;
- > Pagamento de Serviços
- > Gestão integrada de cartões de débito/crédito
- > Constituição e gestão de poupanças;



No Banco que lhe dá todo o valor.

Call Center: 82 20 20/84 20 20 / 21 34 20 20
facebook.com/Mozabanco | @mozabanco
Moza Banco | @moza_banco

MOZA
O valor é teu.

destaques

Nhongo assume ataque que matou vietnamita

O líder da auto-proclamada Junta Militar da Renamo, Mariano Nhongo, reivindicou há dias em declarações a jornalistas o ataque que matou, na última segunda-feira, um estrangeiro (de Vietname) em Matarara, aldeia do centro de Moçambique.



Governo suspende cobranças de multas ou dívidas de facturas de água

A Administração Nyusi anunciou esta segunda-feira a suspensão de cobranças no fornecimento de água nas zonas rurais até o fim do estado de emergência, que vigora durante o mês de abril em resposta a pandemia global da covid-19.

“As populações das zonas mais recônditas vão beneficiar de uma isenção completa no pagamento de água”, declarou o ministro das Obras, Habitação e Recursos Hídricos, João Machatine, falando a imprensa em Maputo.

Segundo o governante, além da suspensão de pagamentos nas zonas rurais, o executivo moçambicano decidiu suspender a cobrança de multas ou dívidas e restabelecer ligações de instituições ou singulares que, por incumprimento do pagamento das faturas de água, viram este fornecimento a ser restringido.

“Estas medidas de suspensão não se confundem com o perdão. Findo este período, aqueles cidadãos ou instituições que estavam em dívida ou já tinha multas deverão regularizar a sua situação”, afirmou João Machatine, avançando que o prejuízo resultante da medida será de 84 milhões de meticais (pouco mais de um milhão de euros) por mês.

Com o registo oficial de 21 casos de infeção pelo novo coronavírus, sem vítimas mortais, Moçambique vive em estado de emergência durante todo o mês de abril, com espaços de diversão e lazer encerrados, proibição de todo o tipo de eventos e de aglomerações.

Durante o mesmo período, as escolas estão encerradas e a emissão de vistos para entrar no país está suspensa.

Ataques em Cabo Delgado: novo grupo de mercenários entra em cena

Os ataques em Cabo Delgado seguem-se uns atrás dos outros. O Papa orou por Moçambique e falou numa crise humanitária. Depois de prometer trabalho, o Comandante Geral da PRM agora diz que se trata numa situação atípica. Mas entrou uma nova força do lado do Governo em cena, a Dyck Advisory Group, uma empresa de segurança privada sul-africana, que já começou com operações.

Elton Pila

Já não é novidade. Mas ainda é notícia. Os ataques em Cabo Delgado têm atingido contornos alarmantes. E os alarmes continuam a soar a partir de fora. Esta semana, quando se esperava uma comunicação do Papa Francisco, por ocasião da Páscoa, virada apenas para a Covid-19, a pandemia que tem estado a assolar o mundo, houve também espaço para o calar das armas. “Ponha-se termo aos ataques terroristas perpetrados contra tantas pessoas inocentes em diversos países de África”, disse a partir da Basílica de São Pedro.

Depois foi mais específico ao rogar “que o Senhor da vida se mostre próximo das populações da Ásia e de África que estão a atravessar uma grande crise humanitária, como na região de Cabo Delgado, no Norte de Moçambique”.

O apelo do Papa Francisco, que esteve em Moçambique em Setembro do ano passado, é prova maior dos contornos que o conflito tem estado a atingir. E foi feito dois dias depois de os insurgentes terem escalado o Arquipélago das Quirimbas.



O ataque às Quirimbas, onde as populações haviam se refugiado depois dos ataques à Mocímboa da Praia, Quissanga e Muidumbe, seguiu o mesmo modus operandi dos outros.

Segundo fontes no local, o grupo desembarcou, a civil, no arquipélago na noite de quinta-feira e posicionou-se noite adentro para irromper com os ataques pela madrugada. O saldo foi de cinco vítimas mortais.

Fontes ainda indicam que 60 pessoas haviam sido feitas reféns, entretanto, acabaram sendo libertadas, em circunstâncias não esclarecidas. Os insurgentes vandalizaram infra-estruturas sociais locais, como a escola primária local, a residência oficial do chefe do posto, como também o fizeram nos anteriores ataques. No entanto, a sorte pode estar prestes a mudar. Desde quarta-feira da semana passada reporta-se a presença de um novo grupo de mercenários, contratado para combater aos insurgentes. Trata-se da empresa de segurança privada sul-africana Dyck Advisory Group (DAG). Segundo o mediaFax, que cita uma fonte ligada ao Ministério da Defesa (MDN), a operação estará a custar ao Estado moçambicano cerca de 15 milhões de dólares semestrais.

A Dyck Advisory Group já se encontra em Pemba. Fez incursões contra as bases dos insurgentes na quarta-feira,

em Mueda, e nas zonas de Mbau e Awassi, no distrito de Muidumbe, na quinta-feira. Há relatos que estão baseados na Base Naval de Pemba e estiveram envolvidos no ataque aos invasores

Zimbabwe, Emerson Mnangagwa.

Lionel Dyck esteve envolvido na política do ZANU-PF e em vários projectos, desde 2002, para Mnangagwa substituir Robert Mugabe. Esta



Saide Habibe

das Quirimbas, na manhã de sexta-feira.

A Dyck Advisory Group substituiu a Russian Wagner Group, que se retirou de Cabo Delgado no mês passado. Segundo o Daily Maverick, citado pelo investigador Joseph Hanlon, esta empresa é propriedade do ex-coronel militar do Zimbabwe Lionel Dyck, que se acredita estar próximo do Presidente do

força, ao que a Moçambique diz respeito, foi co-responsável no ataque à Casa Banana, antigo “quartel-general” da Renamo.

Mas também há mexidas dentro das forças governamentais. A mídia local informou que em muitos distritos de Cabo Delgado afectados pela insurgência, oficiais civis foram substituídos por oficiais militares.

Teorias em torno da violência em Cabo Delgado

Há várias teorias levantadas em torno da insurgência

em Cabo Delgado. O relatório “Radicalização Islâmica



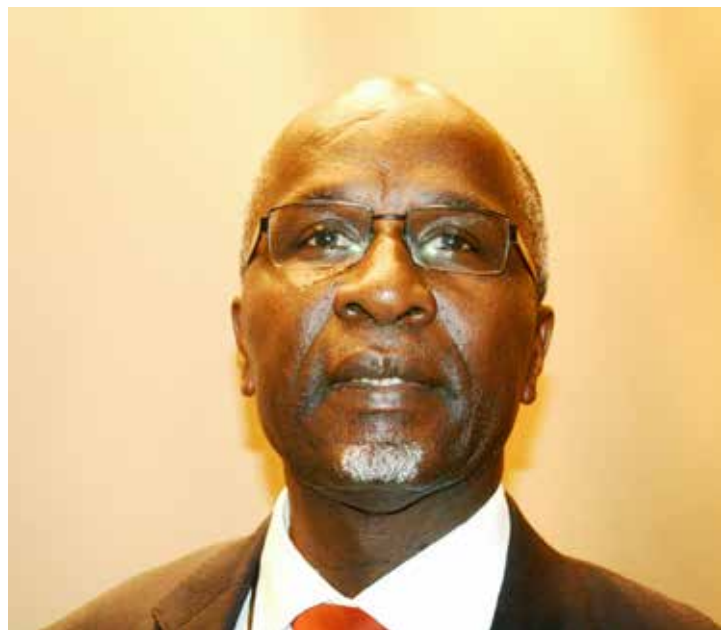
João Pereira

no Norte de Moçambique: O Caso de Mocímboa da Praia”, feito a três mãos (Saide Habibe, Salvador Forquilha e João Pereira) e saído sob chancela do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), é das primeiras tentativas de compreensão do conflito em Cabo Delgado.

O estudo indica que o grupo, maioritariamente composto por jovens de Mocímboa da Praia, é liderado por gente com ligações com certos círculos religiosos e militares, de células idas de grupos fundamentalistas islâmicos da Tanzânia, Quênia, Somália e região dos Grandes Lagos. Sobre as razões, o estudo, entre outras causas, indica a pobreza, o desemprego e a baixa escolaridade, fantasias pessoais, criação de uma nova ordem e questões identitárias

mas que deve focar também na destruição da ideologia do grupo para que não se replique. “Os jovens foram obrigados a acreditar numa ideologia que eles mesmos têm imensas dificuldades de poderem explicar. Talvez seja por essa razão que não aceitam diálogo com ninguém. Negam de conversar com as próprias lideranças locais, porque eles mesmos têm dificuldade de explicar as suas ideologias”, fazia notar.

Já Tomaz Salomão, antigo Secretário Executivo da SADC, numa palestra na Universidade Técnica de Moçambique, disse que a violência é perpetrada pela Jihad, a mesma presente no Sudão, Somália, República Democrática do Congo, Mali... Embora assumisse que possa haver várias teorias sobre a causa



Tomaz Salomão

baseadas em etnia, alimentadas pela versão puritana do Islão.

Tempo depois, numa entrevista ao MAGAZINE Independente, Saide Habibe, um dos pesquisadores no estudo, disse olhar com renitência a possibilidade de uma solução a curto prazo da violência. E defendia uma solução mais abrangente, que podia passar pelo envolvimento das armas,

do conflito, Salomão acredita que uma espécie de vingança contra os Estados Unidos da América possa ser a origem. Salomão faz lembrar a presença dos EUA em países como Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria, Somália, as guerras ali instaladas e as mortes de Bin Laden, Saddam Hussein, como geradoras do ódio contra os EUA. “Os seguidores desses líderes, no Afeganis-



Lourenço do Rosário

tão, Paquistão, Iraque, Líbia, Síria, Iémen, vão se reagrupando e vão criando formas concretas de acção cujo objectivo final são os interesses americanos”, diz para depois indicar que “Quênia, Somália e nós também acabamos por apanhar por tabela, estamos a pagar o preço disso”. Eles [os insurgentes] sabem que, em Cabo Delgado, faz notar Salomão, a Exxon Mobil, Anadarko e outros são in-

teresses americanos. E vão fazer de tudo, sentenciou, para retardar os ganhos.

Já Lourenço do Rosário, também numa entrevista ao nosso semanário, disse que o fenómeno de Cabo Delgado é um fenómeno de terrorismo, que encontrou um terreno fértil de recrutamento de jovens descontentes, nas comunidades. Disse que não surge como problema endógeno, mas considerou a hipótese

de problemas internos terem ajudado o enraizamento do conflito. “Quando tens um terreno fértil de problemas e tu lanças uma semente má vão nascer plantas más. Foi o que aconteceu no Norte, havia problemas sérios de desigualdades, economia clandestina, informal, problemas religiosos, jovens descontentes, e os grandes cérebros do terrorismo internacional perceberam que podiam perfeitamente semear e semearam”, disse.

Uma linha de pensamento que dá continuidade à interpretação do investigador do Observatório do Meio Rural, João Feijo “Temos uma província historicamente abandonada pelas políticas públicas, desde a Independência, esquecida pelo investimento público e privado, em infra-estruturas e serviços públicos”, disse.

Feijó alertou para o perigo de expansão dos insurgentes. “Há um contínuo socioeconómico e cultural que vai até o norte da Zambézia que tem ingredientes para fazer o conflito pegar”.

MISA preocupado com o desaparecimento do jornalista da Rádio Comunitária de Palma

O MISA-Moçambique manifesta a sua preocupação com informações dando conta do desaparecimento do jornalista e locutor da Rádio Comunitária de Palma, em Cabo Delgado, Ibraimo Abu Mbaruco.

Ao que o MISA-Moçambique apurou, Ibraimo Mbaruco saiu de casa para a Rádio por volta das 15,00 horas do dia 7 de Abril em curso, onde esteve a trabalhar até cerca das 18,00 horas do mesmo dia.

O jornalista teria sido sequestrado quando regressava a casa, entre as 18,00 e 19,00 horas. Momentos antes, Ibraimo Mbaruco teria enviado uma curta mensagem (SMS) a um dos seus colegas de trabalho, informando que “estava cercado por militares”. A partir desse momento, não mais atendeu às chamadas, embora o seu telefone continuasse a dar sinal de estar ainda comunicável.

“Estamos a ligar para ele desde o dia em que desapareceu, mas não atende as chamadas. A família também não o consegue contactar”, confirmou um dos amigos do jornalista, que afirma que imediatamente após o seu desaparecimento, os seus colegas da Rádio e familiares



Ibraimo Abu Mbaruco.

contactaram o Administrador Distrital, o Comando Distrital da Polícia da República de Moçambique (PRM) e a Secretária Permanente Distrital.

Uma breve investigação do MISA-Moçambique conseguiu apurar que Ibraimo Mbaruco não se encontra no quartel de Palma.

O MISA-Moçambique lamenta a ocorrência e apela às autoridades do Governo para que usem todos os meios

para permitir que o jornalista seja restituído à liberdade.

Actos de violência e detenções arbitrarias de jornalistas contrariam todos os princípios de uma democracia ancorada na supremacia da Lei e no respeito pelos direitos humanos, e violam, de forma flagrante, todas as disposições da Constituição da República de Moçambique, no que diz respeito à liberdade de expressão e liberdade de imprensa.

destaques

Dois moçambicanos linchados no Malawi

Dois cidadãos moçambicanos morreram vítimas de linchamento no Malawi, após populares os terem acusado de serem disseminadores da covid-19. As vítimas pararam a sua viatura numa vila onde a população acredita em boatos e foram linchados. Um dos mortos era agente da Polícia da República de Moçambique, que se fazia acompanhar de duas pessoas, uma das quais sobreviveu.



CIP distribui máscaras em mercados de Maputo

A organização não-governamental Centro de Integridade Pública (CIP) decidiu distribuir máscaras feitas de capulana nos mercados da cidade de Maputo, uma iniciativa que visa evitar a propagação da covid-19 nestes locais.

Segundo CIP, trata-se de locais de muita aglomeração e o nosso objectivo, além de evitar a propagação, é consciencializar as pessoas sobre a importância da máscara.

As máscaras são feitas de capulana e entretela (um tipo de tecido que permite maior eficácia na protecção) e resultam de uma contribuição dos colaboradores da própria organização, que espera ver a iniciativa replicada em outros pontos do país.

“Nós temos como pressuposto que vários moçambicanos precisam de ir trabalhar para ter o seu sustento e, por isso, decidimos lançar esta iniciativa. Temos consciência, no entanto, que não vamos sanar toda a necessidade, mas esperamos que outras forças da sociedade se juntem a nós”, declarou Inocência Mapisse, do CIP.

A iniciativa foi lançada na quarta-feira passada, tendo já abrangido os mercados de Xipamanene e Xiquelene, entre os mais frequentados na capital moçambicana.

Governo anunciou, semana passada, que passa a ser obrigatório o uso de máscaras nos transportes e em aglomerações de pessoas, medidas que visam evitar a propagação do novo coronavírus no país.

O número de casos registados oficialmente de infecção pelo novo coronavírus em Moçambique subiu 21, mas ainda não há registo de mortes pela doença no país, anunciou o Ministério da Saúde.

O país vive em estado de emergência durante todo o mês de Abril, com espaços de diversão e lazer encerrados, proibição de todo o tipo de eventos e de aglomerações.

Lusa/Redacção

Agricultura: Nyusi cumpre mas ainda são só números

A proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2020, submetida pelo Governo ao Parlamento, fixa uma alocação de 10 por cento para o sector da agricultura. Antes, a mais alta alocação do OE para agricultura foi de 6,5 por cento, num país onde a Constituição da República (CRM) estabelece que este sector é a base do desenvolvimento, no entanto, a marginalização do sector não deixava transparecer. Este acréscimo surge num momento em que o país prevê um crescimento económico de 2,2 por cento.

Nelson Mucandze

A expectativa é que a agricultura tenha um desempenho positivo de 1,8 por cento. Segundo detalha a proposta do Plano Económico e Social para 2020, a ser dissecado esta semana pela Assembleia da República (AR), este sector prevê admitir e capacitar 2.158 extensionistas agro-pecuários para assistir cerca de 540 mil famílias, financiar 404.296 agregados familiares com kits de produção em insumos agrícolas, produzir 1.416 toneladas de semente básica e libertar 16 variedades de culturas adaptadas às diferentes regiões agro-ecológicas do país para a produção de cerca de 2,7 milhões de toneladas de cereais.

“Espera-se um crescimento de 1,8 por cento para 2020, que será suportado pelo aumento do investimento do Governo na produção agrícola, entrada em funcionamento dos centros de serviços



agrários, maior operacionalização dos regadios, libertação de semente de qualidade e assistência crescente aos produtores, o que culminará com incrementos na produção de cereais”, lê-se na proposta do Orçamento do Estado.

Entretanto, apesar de boas perspectivas espera-se que este sector venha ser afectado pela redução das exportações de produtos (madeira, algodão, camarão e castanha de caju), para o mercado europeu e asiático.

No entanto, a grande novidade é que diferentemente de antes será alocado para o sector cerca de 10 por cento do OE, que apesar de ser uma das orientações da Declaração de Maputo, em 2003, para países da União Africana (UA), não era cumprido não só em Moçambique.

Durante a campanha eleitoral no ano passado, o Presidente da República, Filipe Nyusi, prometeu que iria se orientar deste instrumento e destinar 10 por cento do OE para a agricultura.

A saída de Moçambique da lista dos incumpridores da Declaração de Maputo é meta do Executivo para todo o mandato, segundo consta do Plano Quinquenal do Governo (PQG).

“Neste contexto, os compromissos prevêem uma alocação de 20 por cento para o sector da educação, 15 por-

cento para o sector da saúde e 10 por cento para o sector da agricultura, cujo enfoque é garantir a expansão e melhoria da rede escolar e sanitária, e garantir a minimização dos défices de alimentos e reduzir o volume de exportações, por forma a melhorar

autarquias e órgãos centrais, comparativamente a Lei Orçamental de 2019.

Concretamente, na alocação por âmbito, prevê-se uma alocação de cerca de 139.9 biliões de meticais a nível central em 2020 (contra 148.6 biliões em 2019),



o défice das transacções correntes”, escreve o documento analisado pelo MAGAZINE.

Ao todo, as despesas do Estado são de 345 mil milhões de meticais, quando as receitas estão previstas para 235 mil milhões de meticais, um défice de 109 mil milhões, num contexto em que o Produto Interno Bruto (PIB) será de 2,2 por cento, a inflação média anual de 6,6 por cento e as exportações no valor de 4.4 mil milhões de dólares norte-americanos.

Com a descentralização dos fundos na ordem do dia, o novo orçamento atribui mais controlo dos distritos a nível local, menos dinheiro para as

60.7 biliões de meticais para os distritos (49.6 biliões em 2019) e apenas 4.3 biliões de meticais para as autarquias (4.8 biliões em 2019).

Em termos de variação percentual nota-se um ligeiro equilíbrio na distribuição de fundos públicos entre órgãos central e locais, 57,2% e 42,8%, respectivamente. Em 2019, o cenário era de 61,4% (órgão central) e 38% (a nível local).

O incremento a nível local, segundo a proposta do Orçamento do Estado deste ano, deve-se a maior aposta nos distritos, como forma de potenciar a prestação de serviços nestes pontos do país.

Combate à covid-19: Maleiane explica e contas continuam incompreensíveis



O ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, partilhou semana passada, em termos orçamentais, os passos que o Executivo está a dar para controlar a Covid-19 que, até esta segunda-feira, tinha infectado 21 pessoas confirmadas no país. Num momento em que a União Africana (UA) fala de 400 milhões para o continente dar resposta à pandemia, Maleiane explicou que os 700 milhões USD (para Moçambique) pedidos aos doadores incluem a construção de hospitais. No mesmo desenvolvimento, o governante anunciou a compra de 300 ventiladores.

Nelson Mucandze

Os números são cada dia mais assustadores. Já são mais de dois milhões de infectados e mais de uma centena de milhares de mortes. Moçambique, a semelhança de alguns países da África Subsaariana, tem números que terminam em algumas dezenas de casos, 21, no entanto, todos os países, incluindo Moçambique, não

têm poupado esforços para prevenir que a pandemia se alastre.

Como parte dessas medidas, alguns governos da região abdicaram de parte dos seus salários, como o caso do Malawi, que reduziu as despesas presidenciais, e Angola, para canalizar mais orçamento à prevenção contra o coronavírus.

A nível interno, a edilidade de Chimoio decidiu abdicar de 50 por cento de salário, nos próximos três meses, para juntar dinheiro que servirá para compra de máscaras e outros suplementos necessários.

Esta é uma postura bem diferente da optada pelo Executivo que, desde que eclodiu o surto do coronavírus, reuniu publicamente por duas vezes com os parceiros de cooperação para pedir. No primeiro encontro pediu cinco milhões de dólares, antes do registo da pandemia no país, no segundo, actualizou para 700 milhões de dólares, depois da primeira infecção. No entanto, os valores envolvidos criam celeuma no meio dos cidadãos atentos, num país onde informações oficiais ignoram os detalhes.

É que depois do país anunciar 700 milhões de dólares para fazer face à Covid-19, doença criada pelo novo coronavírus, a União Africana (UA) veio falar de 400 milhões de dólares para fazer face aos desafios impostos pela pandemia em toda África. “Há uma corrida contra o tempo para preparar e proteger as nossas comunidades.

A África deve lutar contra a doença como uma só e nenhum país do nosso continente deve ser deixado para trás”, argumentou o director do Centro para o Controlo e Prevenção de Doenças da União Africana (CDC África), John Nkengasong.

Em Maputo, na sexta-feira, falando aos deputados, Maleiane esclareceu que no pedido de 700 milhões de dólares que o Executivo fez aos parceiros internacionais, no dia 23 de Março, para o combate à Covid-19 está incluída a construção de hospitais, uma vez que há distritos sem este

tipo de infra-estruturas no país.

“Há muitos distritos que não estão preparados, na eventualidade de o país entrar no nível quatro das medidas de combate à pandemia”, referiu Maleiane, anunciando igualmente a compra de 300 ventiladores na luta contra a Covid-19, ao preço de 228,5 milhões de meticais.

“De acordo com os serviços competentes, está prevista a aquisição de 100 ventiladores fixos e 200 móveis”, declarou Maleiane, assegurando, mais adiante, que “esperamos que os ventiladores tenham finan-

ciamento externo, caso não vamos ter de encontrar formas de ir buscar esse dinheiro no Orçamento do Estado”. O objectivo é dotar o Sistema Nacional de Saúde de capacidade para enfrentar a pandemia do novo coronavírus. Esta informação foi partilhada na sexta-feira, quando o governante respondia às perguntas dos deputados da Comissão do Plano e Orçamento (CPO) da Assembleia da República (AR), durante uma audição sobre as propostas do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE) de 2020.

África regista mais de 14 mil casos de covid-19 e 788 mortos



O número de mortos provocadas pela covid-19 em África subiu esta segunda-feira para 788 com mais de 14 mil casos registados em 52 países, de acordo com a mais recente actualização dos dados da pandemia neste continente. Segundo o boletim do Centro de Controlo e Prevenção de Doenças da União Africana (CDC África), nas últimas 24 horas, o número de falecidos subiu de 744 para 788, enquanto as infecções aumentaram de 13.686 para 14.528. O CDC África registou também 2.570 doentes recuperados. O norte de África mantém-se como a região mais afectada pela doen-

ça com 6.379 casos, 603 mortos e 1.138 recuperados. Na África Austral, são 2.325 os casos registados pela doença, que já provocou 35 mortos, tendo 452 doentes curados. Na África Ocidental, há registo de 3.361 infecções, 84 falecidos e 664 doentes recuperados. A pandemia afecta 52 dos 55 países e territórios de África, com quatro países - África do Sul, Argélia, Egipto e Marrocos - a concentrarem mais de metade das infecções e mortos associadas ao novo coronavírus. A África do Sul tem o maior número de casos (2.173), com 25 mortos, mas a Argélia lidera com 293 falecidos em 1.914 infectados.

O Egipto tem 2.065 contaminados e 159 mortos, enquanto Marrocos totaliza 1.651 casos e 118 vítimas mortais. Apenas Lesoto, Ilhas Comores e o Saara Ocidental não têm casos reportados. Todos os países africanos lusófonos registam casos de covid-19, com a Guiné-Bissau a ser o mais atingido, contabilizando 39 pessoas. Angola soma 19 casos e duas mortes. Moçambique tem 21 casos declarados de infecção e Cabo Verde totaliza dez casos de contaminação desde o início da pandemia, entre os quais um morto. São Tomé e Príncipe tem quatro doentes confirmados. **AP**

Estória do Sr. Eloy



Estórias
Isaura Macedo Pinto
estorias.da.isaura@gmail.com

Tornou-se viral um vídeo de um senhor beirense que estava a tapar um buraco na Beira, um ano depois do IDAI, porque o município não o tinha feito. Fiquei curiosa da estória dele... Pedi ao meu irmão o número e agora ele vai-nos contar a sua estória na primeira pessoa: Chamo-me Eduardo Eloy Mendes da Silva, nasci na Beira em 10 de Dezembro de 1960. Estudei no Colégio dos Irmãos Maristas, conhecido por Instituto Liceal D. Gonçalo da Silveira. Minha mãe é natural de Inhambane e o meu pai natural de Lisboa. Fiz o 4º ano no Instituto. Foi a única instituição de ensino onde estudei desde a primária. Quando fiz o 4º ano fui trabalhar nos barcos de pesca. Toda a minha vida trabalhei nos barcos de pesca. Eu sou pescador profissional. Larguei o mar aos 50 anos. Eu enfrentei dois ciclones, em 2000 o Eline e em 2007 o Jóqué. Em 2002 eu estava a trabalhar num barco de pesca de linha e com muito mau tempo tivemos que regressar para a Beira. Naquela altura, os barcos não possuíam os equipamentos modernos que agora há que avisam a aproximação do temporal. Eu estava a 14 horas da Beira e não foi nada fácil conseguir chegar a Beira. Em 2007 eu estava a trabalhar no Tungué II, de frente de Bazaruto, quando levamos com esse ciclone, foi muito difícil para conseguirmos che-

gar até a Beira. Felizmente não morreu ninguém, mas não foi nada fácil. Agora há 10 anos que sou proprietário. Custou-me bastante deixar os barcos, mas não tinha tempo nenhum para a família e com a idade tive que decidir largar o mar para ficar mais perto da família. Por causa da vida que tive, eu tive 3 divórcios e tenho 8 filhos de 3 mães diferentes. Hoje vivo uma 4ª relação há cinco anos e vamos a ver se agora vai durar porque já estou em casa. Já tenho 5 netos e 3 filhos casados. O mar deixa-nos sempre este feito um pouco rude devido à profissão dura de pescador, fica-se tipo dinossauro. Os meus filhos todos estudaram e formaram-se devido ao dinheiro do mar. Eu sou proprietário de um Take-Away perto do mar. Toda a gente me conhece. Este município está destruído porque o presidente do município não se preocupa com a cidade. E não é por causa do IDAI. O buraco que eu estava a tapar eram crateras, já tinha havido acidentes e tudo. Então, como fazia um ano depois do ciclone eu pensei em pelo menos tapar este buraco. As pessoas foram passando e filmando. Até que apareceu este fiscal do município que me queria passar multa porque eu estava a tapar o buraco, porque o município é que devia o fazer. Apareceram dois homens que pediram para me ajudarem a fechar o buraco. Eu aceitei. Como eles sabem que eu sou da Frelimo, então eles quiseram arranjar maneira de me provocar. Eu na minha vida toda nunca fui a Europa. Eu há vinte e tal anos que não

tenho passaporte. Os únicos países estrangeiros que conheci foi a África do Sul e Zimbabwe. Eu sempre vivi na Beira. Eu ajo sempre de acordo com a minha consciência, não tenho medo de ninguém porque não faço nenhum mal propositadamente. No dia da celebração do Ciclone houve o carnaval que fez mais lixo. Algumas pessoas quiseram plantar árvores e o município quis se destacar com isso, e ainda entrou em conflito com eles mas depois tudo ficou resolvido. Algumas pessoas limpam a cidade e a praia, mas foram pessoas individuais, não o município. Centenas de pessoas me ligaram sobre o vídeo durante todo o fim-de-semana, a nível nacional e alguns países de fora. As fotos do lixo foram tiradas e foram divulgadas para as pes-

soas verem como a nossa cidade está suja... Tudo feito no sábado. Temos um presidente do município que já roubou o que roubou, já está há 20 anos e todos os beirenses estão ansiosos pela mudança de presidente do município. Veja que a Frelimo nunca ganhou na Beira, mas agora ganhou porque as pessoas já querem mudança aqui. É um partido de ladrões. Veja em Chimoio, veja só o que o presidente do município está lá a fazer... em menos de dois anos está uma beleza. Inhambane também está uma maravilha. Maputo está melhor que muitas cidades da Europa, isso são os europeus que vêm cá que dizem e não sou eu... Moçambique está a caminhar, mas não tem nenhum partido de oposição que seja capaz de

substituir a Frelimo. A Frelimo pode ter muitos defeitos, mas ainda é um Governo que está a caminhar. Os outros são uma cambada de ladrões. Eu faço política há muitos anos. Não existe ninguém para substituir o Presidente da República. Já imaginou, onde a Renamo governa e aqui na Beira o MDM, é só roubos e uma porcaria. Não são exemplos de boa governação. Se este aqui na Beira não consegue governar, quanto mais o país. Eu não vejo outro partido para substituir a Frelimo. Mas o povo precisa de mudar a mentalidade, e isso não se faz em dois dias. Nós nascemos aqui e vivemos aqui e por isso temos que saber nos adaptar. É esta a minha estória". Obrigada Sr. Eloy pela sua linda estória.

PUBLICIDADE

MAGAZINE
Independente

TABELA DE ASSINATURAS

AVISO

A Empresa Magazine Multímedia, SA, avisa os estimados cliente que tenham facturas em atraso, relativas as assinaturas de jornais de 2019, para procederem a sua regularização, no prazo maximo de trinta (30) dias, de modo a não afectar o fornecimento de jornais no próximo ano de 2020, cujo processo de renovação já iniciou.

Periodicidade	Anual	Semestral	Trimestral
Cidade de Maputo	4.000,00MT	2500,00MT	1700,00MT
Províncias	5500,00MT	4000,00MT	2500,00MT

Bairro da Malhangalene, "A", Rua da Concórdia (Oliveira) nº 38, 1º andar único
Cell: 820152830 | 84 242 9024 "Ester Machava", cidade da Maputo
email: multimediacomercial18@gmail.com

FICHA TÉCNICA

Registado sob o nº 05/GABINFO-DE2007
Propriedade de MAGAZINE MULTIMEDIA, SA

Conselho de Administração
Sheila Dundule - presidente
Lourenço Jossias

Directora Administrativa:
Flora Nguenha (82 827 3130)
(floranguenha@gmail.com)

Direcção, Redacção, Grafismo e Administração:
Rua da Concórdia (Oliveira) nº 38 1º andar único, Malhangalene "A", Maputo.
Tel/Fax: 21 328 579
Telemóvel: 82 01 52 830, 87 76 84 840
email: jornalmagazineinde@gmail.com
www.magazineindependente.com

Director:
Lourenço Jossias (82 3093420)
(jossiasgira@gmail.com)

Editor:
Nelo Cossa (82 6581770)
(nelocossa@yahoo.com.br)

Redacção:
António Zacarias, Alfredo Langa, Aida Matsinhe, Elísio Muchanga, Nelson Mucandze, Adelina Pinto, Neuton Langa e Elton Pila

Magazine Online:
Coordenador: Elton Pila
(eltonl.pila@gmail.com)

Fotografia:
Nilton Cumbe (845854285) e António Nhangumbe (826633814)

Colaboradores:
Isaura Pinto e Simeão Cuamba

Grafismo:
Samuel Dias (84 756 5575)

Revisão: Cipriano Siquela e Paulo Jossias

Publicidade e Marketing:
Telemóvel: 820152830/877684840
Aléxia Chongo (82 5781 322/ 840560354)
Email: alexiachongo@gmail.com
multimediacomercial18@gmail.com

Impressão: Sociedade do Notícias S.A

Covid-19: Tudo bem, por enquanto!

Até domingo, o País tinha registado oficialmente 21 casos positivos de coronavírus e 203 estavam em monitoria pelas autoridades sanitárias. Trata-se de dados positivos que nos encorajam a seguir as orientações dadas pelo Governo, para se evitar uma tragédia humanitária derivada da Covid-19.

Estes dados indicam que, por enquanto, estamos bem comportados. Há países com mais meios materiais e recursos humanos abundantes que ficaram descomandados e perderam o controlo da situação, levando a centenas de mortes. São os casos da Itália, Espanha e Estados Unidos da América, só para citar alguns exemplos.

Até então estamos a conseguir controlar a propagação do coronavírus, entre nós. Quanto a nós, a situação está sob controlo porque o nosso Governo tomou as medidas acertadas na hora certa, desencadeando fortes campanhas de educação cívica junto das comunidades, para que estas levassem a sério as consequências da pandemia. Na verdade, desde o Presidente Filipe Nyusi a todos os quadros

relevantes do Ministério da Saúde tem sido levado a cabo um trabalho educativo de relevo, que despertou a atenção de milhões de cidadãos do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico, sobre a necessidade de medidas de prevenção para evitar o rápido alastramento da doença, que tem impacto global negativo.

O Ministério da Saúde, com o ministro da área em destaque, tem estado na dianteira dos acontecimentos, dando as informações diárias pertinentes e alertando sobre os perigos de um relaxamento ante esta pandemia.

Grande segredo, deve-se dizer, está no facto de a nova equipa do ministro Tiago não ter removido a experiente equipa de quadros deixada pela ministra Nazira Abdula, que no tempo dos ciclones IDAI e Kenneth deu mostras de uma competência sem igual, no tratamento de questões de saúde derivadas daqueles ciclones.

Os senhores doutores são competentes na sua área. Não politizam as mensagens, fornecendo ao cidadão, com linguagem

técnica adequada mas simples, informações pertinentes sobre a gravidade da situação. Grande segredo são os bons comunicadores no geral.

Gostaríamos de ver estas equipas a continuarem a fazer o seu trabalho técnico sem interferências políticas de maior, para o bem de todos. Afinal, uma comunicação bem feita, competente e séria leva o cidadão a tomar as precauções necessárias sobre a pandemia. Seria bom que os dirigentes dos ministérios da Defesa e do Interior aprendessem algo deles para comunicarem ao País o que se passa em Cabo Delgado.

Gostaríamos de ver o nosso Governo, sobretudo as autoridades da Saúde, na dianteira dos esclarecimentos necessários, quer a nível central quer a nível provincial ou distrital. Esta comunicação permanente com o cidadão tem sido vital para os níveis controlados em que ainda nos encontramos.

Outro segredo, quanto a nós relevante para os níveis controlados que se verificam, tem

a ver com o desempenho das autoridades policiais. No início da quarentena decretada pelo Governo, em alguns aglomerados populacionais na cidade de Maputo e nos bairros periféricos existiam sinais de desordem e de negligência. Tais são os casos do famoso Pulmão, no Malhangalene, das barracas algures na baixa, na zona do campo do Ferroviário, e de mercados nos bairros suburbanos de Maputo.

Numa atitude que exigiu coragem, as nossas autoridades policiais exibiram a musculatura que o Estado lhes confere e com força ordenaram o encerramento das barracas e quiosques que vendem bebidas.

Sabemos dos impactos negativos que estes encerramentos provocam no bolso dos donos das barracas, mas também há que compreender que sem saúde não sobrará ninguém para o negócio.

A nossa Polícia deve continuar a fazer o seu trabalho. Os cidadãos devem acatar as ordens das autoridades, para o bem de todos.

Organizações da Sociedade Ci-

vil, artistas, políticos de todas as tendências e fazedores de opinião têm sido exemplares na educação cívica. Bem hajam!

Finalmente, gostamos de ver de quinta-feira a sábado, ao longo da Estrada Nacional número 1, entre Maputo e Massinga, a ordem e disciplina das nossas populações. O povo acatou a ordem de lavagem das mãos em cada esquina, em cada mercado e em cada local de aglomeração populacional.

Oxalá estas práticas de higiene normais perdurem para todo o sempre, mesmo depois da crise da Covid-19. Lavar as mãos com água e sabão ou com cinza está a ficar uma agradável moda. Evitar aglomerações desnecessárias é uma prática bonita.

Estamos bem, por enquanto. Oxalá continuemos bem comportados até ao fim do mês, para ver se o Presidente Nyusi e a equipa da Saúde que o assessora levantem as medidas de emergência em vigor, para ver se voltamos ao trabalho normal para dinamizarmos a nossa já frágil economia.

O Brasil pandémico de Bolsonaro*

Fernanda Zuccaro

É triste enxergar, aqui do outro lado do Atlântico, as indecências de um homem que ocupa o cargo de chefe de Estado do nosso Brasil.

Saí do Brasil em Novembro de 2016. Por opção, decidi que me iria tornar produtora de vinhos no Douro. Deixei minha carreira, família e toda uma vida para recomeçar do zero no Douro. Minha paixão por Portugal é antiga. Escolhi que no Douro eu iria viver. Fiz as malas, fechei o container com o recheio de casa e vim. São três anos trabalhando e construindo uma empresa de vinhos. No momento que iniciamos as

vendas, as entregas dos vinhos para a restauração, distribuição nacional e exportação o mundo é assolado pela covid-19. Paramos tudo. Estamos em quarentena. Enquanto assistimos às tragédias em Itália, Espanha e China, a minha pátria, Brasil, é des governada, diariamente, por um ser que pode ser tudo menos um chefe de Estado. O Brasil sofre de pandemia de Bolsonaro há dois anos.

Desde que decidi sair do Brasil, sinto-me uma exilada política. Recuso-me a aceitar um chefe de Estado que defenda o período da Ditadura Militar no Brasil; que saúda torturadores; que incentive discursos de ódio e muitas outras coisas. Não compactuo com os “achismos” de um irresponsável chefe de Estado que desrespeita, minuto

a minuto, o Estado de direito.

É triste enxergar, aqui do outro lado do Atlântico, as indecências de um homem que ocupa o cargo de chefe de Estado do nosso Brasil. São descabidas suas falas. Suas opiniões são “achismos” de um senso comum deprimente. Tudo o que é vomitado de sua boca são palavras ao vento de uma cabeça vazia. Como pode o povo brasileiro ter eleito este senhor? Pode, pois, ele é, em parte, representação do que uma parcela da população brasileira é.

Não vamos nos iludir. O recall que ele carrega, desde a eleição até os dias de hoje, são a base que o sustenta. Frágil ou não, há uma parcela considerável de brasileiros que compactuam com os pensamentos do Presidente.

É assim: os representantes que tomam decisões por nós nos representam. No Brasil o voto é obrigatório. Mesmo assim, na última eleição presidencial, em 2018, houve uma abstenção de 21,30%, que é alta. Jair Bolsonaro foi eleito com 55,13% dos votos válidos.

De acordo com a última pesquisa DataFolha de 3 de abril, o Governo Bolsonaro mantém uma aprovação de 33%, consideram o Governo regular 25%; 39% desaprovam seu Governo, 2% não sabem e 1% não respondeu.

O que temos que analisar são os 25% de brasileiros que não sabem o que dizer sobre a administração do capitão. Alguns respondem “não saber” por se sentirem envergonhados de concordar, lá no fundo, com

o que Bolsonaro pensa e faz; outros nem sabem quem ele é, falta-lhes comida no prato, água encanada e o esgoto jorra na porta do barraco; e uma parcela está no que chamamos limbo: estado de migração do gostar para o não gostar, isso porque esta é a tendência da curva do gráfico.

Parece-lhe mal os números, para o Presidente do Brasil, não é? Pois não são, de todo. Com toda a pandemia que é o Governo Bolsonaro desde o dia 1 de janeiro de 2019, ele mantém cativo e seguro 30% da população brasileira sob seu carisma lunático.

Para os indignados, como eu, só resta resistir, de dentro de casa, aqui do Douro, com um copo de vinho!

*in *Publico.pt*

Conter a propagação da pandemia de Covid-19 nas prisões nacionais



José Chembene

A Lei de Amnistia e Perdão de Penas foi submetida ao Parlamento pelo Chefe de Estado moçambicano, Filipe Nyusi, tendo sido aprovada por consenso. Portanto, a medida destina-se a conter a propagação do novo coronavírus no país, aplicando-se a todos os reclusos condenados até um ano de prisão com ou sem multa, mesmo que as sentenças não tenham transitado em julgado. Entretanto, os assassinos, traficantes e violadores de menores não merecem a amnistia. Com esta pandemia, as autoridades estavam perante um dilema entre manter os reclusos nas cadeias por condutas criminosas, constituindo um perigo à propagação do vírus.



Cecília Cossa

É muito preocupante a situação da superlotação dos estabelecimentos penitenciários, representando um risco adicional de propagação da pandemia do coronavírus, facto que justifica aplicar medidas de clemência, amnistia e perdão, permitindo melhor gestão penitenciária. As cadeias moçambicanas albergam neste momento cerca de cinco vezes mais a sua capacidade instalada, havendo maior probabilidade de propagar o novo coronavírus nos estabelecimentos penitenciários. Assim, o Estado pode verificar se eles estão a seguir uma conduta de paz social e, em caso negativo, serem reconduzidos à reclusão.



António Cossa

Penso que a Lei de Amnistia e Perdão de Penas estabelece que os beneficiários da medida não deverão cometer qualquer crime doloso dentro de cinco anos, após a sua restituição à liberdade. Importa referir que um total de dez crimes não estão abrangidos pela amnistia e perdão, com o “homicídio voluntário, violação sexual de menores, rapto, tráfico de pessoas, tráfico de estupefacientes, substâncias psicotrópicas, precursores e preparados ou outras substâncias de efeitos similares, terrorismo e financiamento ao terrorismo, branqueamento de capitais, crimes de peita, suborno e corrupção.



Celeste Manuel

Para esta cidadã, a aprovação da Lei de Amnistia e Perdão de Penas não é ideal, mas é aquilo que o contexto actual implica. Afirma que o Presidente da República e o Parlamento optaram pelo mal menor, esperando que os clemenciados entendam esse gesto humanitário e se comportem na sociedade, mostrando que estão gratos pelo gesto. Lembra que esta é a segunda medida de perdão que é concedido a reclusos das cadeias moçambicanas no espaço de duas semanas, depois do indulto decretado nos finais de Março pelo Presidente da República.

Olhar fotográfico

Nilton Cumbe



PUBLICIDADE

MÚTIPLA SEGURANÇA

A nossa principal missão é zelar e proteger o seu património com profissionalismo, seriedade e personalização, fornecendo profissionais qualificados, hábeis e comprometidos com a execução das suas actividades, promovendo mais segurança aos clientes.



SOSSEGO E TRANQUILIDADE
SÓ COM **MÚTIPLA SEGURANÇA**

Nossos serviços



SEGURANÇA ESTÁTICA



Residências, Armazéns, Edifícios e Embaixadas

A Múltipla Segurança é especializada em serviços de segurança patrimonial, para clientes de pequenos, médios e grande porte. A empresa presta serviços em grandes Centros logísticos, Indústria, Transportadoras, Terminais Portuários, Farmacêutica, postos de Gasolina, Bancos e Condomínios.

FORÇA DE REACÇÃO RÁPIDA



A Múltipla Segurança tende a oferecer serviços de força de reacção rápida, visando responder a todas as urgências nos diferentes sectores, conforme a distribuição dos seus clientes com vista a reforçar os seus elementos de segurança, consoante as necessidades ou situações de riscos que poderão advir no terreno.

ESCOLTA DE BENS E MERCADORIAS

O serviço de ESCOLTA ARMADA tem carácter PREVENTIVO, ou seja, a sua execução deve obedecer a critérios que dificultem ao extremo a acção dos criminosos, desencorajando-os, evitando qualquer tipo de confronto que exponha ao risco o ESCOLTADO e os ESCOLTISTAS, além de terceiros que nada tenham a ver com a operação.



MONITORIA DE SISTEMAS ELECTRÓNICOS

A Múltipla Segurança oferece soluções personalizadas e inteligentes em segurança electrónica. O nosso corpo técnico é composto por engenheiros e profissionais capacitados para oferecer soluções que atendam a todas as normas e exigências técnicas e legais.



CONSULTORIA

Relacionada com assuntos de segurança

Desenvolvemos e viabilizamos projectos de segurança de acordo com as necessidades específicas de cada cliente, através de investigação, identificação, estudo e solução de problemas gerais e parciais, relacionados à legalização, estrutura, ao funcionamento e à administração das actividades de segurança privada.



SEGURANÇA PESSOAL

Escolta com Guarda-Costas, Acompanhamento

Segurança Pessoal para a Múltipla Segurança significa um conjunto de medidas preventivas que minimizam os riscos ou ameaças, cada vez mais frequentes nos grandes centros, aos quais estão expostos os VIPs. Seja no âmbito pessoal, nas dependências da empresa ou em roteiros habituais oferece aos empresários, executivos e seus familiares esquemas de prevenção para sequestro, roubos, furtos, assaltos, extorsões e outras formas de violência urbana.



TRANSPORTE DE VALORES

A Múltipla Segurança tem noção da exigência de segurança respeitante ao transporte e manuseamento de valores, assim como de nível de risco que estas tarefas representam para qualquer empresa, seja qual for o ramo de actividade, dimensão ou serviço.



Estamos no Alto-Maé, Rua Lucas Luali n° 501,
Maputo – Moçambique
Contactos: 21 401025 ou 84 6364734

nacional

Dois sistemas de abastecimento de água para Nampula
Os distritos de Mogovolas e Mussoril, na província de Nampula, inauguram esta segunda-feira dois sistemas de abastecimento de água potável. Com a entrada em funcionamento destes dois sistemas, os residentes destas parcelas do país, passam a ter melhor acesso a fontes de água de qualidade.



Agostinho do Rosário admite que tráfico de drogas é uma ameaça ao país

O primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, disse há dias que o tráfico de drogas é uma ameaça à economia e à segurança de Moçambique, considerando serem necessárias acções multi-sectoriais para travar o crime.

O tráfico de droga e as suas conexões com o crime organizado constituem uma ameaça à economia e à segurança nacional, pondo em causa todo o sistema económico, financeiro e legal do nosso país”, disse Carlos Agostinho do Rosário.

O primeiro-ministro falava durante a cerimónia de tomada de posse da nova directora-geral do Gabinete Central de Prevenção e Combate à Droga, Filomena Chitsonzo, em Maputo.

Segundo o governante, o Executivo tem privilegiado uma “abordagem de uma coordenação multi-sectorial” para travar o problema, aproveitando-se da presença de Moçambique nos diferentes fóruns, com destaque para as Nações Unidas, União Africana, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

“Exortamos os actores políticos, confissões religiosas, sociedade civil, incluindo os núcleos familiares, a serem pro-activos na implementação de acções de prevenção e combate ao tráfico, venda e consumo de drogas”, declarou.

À nova directora-geral do Gabinete Central de Prevenção e Combate à Droga, o primeiro-ministro moçambicano pediu que revitalize o organismo, privilegiando o profissionalismo e transparência.

“O sucesso do seu trabalho exigirá de si uma forte liderança na coordenação da instituição que passa a dirigir, tendo em conta a sua natureza multi-sectorial”, frisou o primeiro-ministro moçambicano.

Estudantes defendem alteração do calendário de aulas para recuperar o tempo perdido

Com o objectivo de ampliar mais as acções de prevenção ao coronavírus, o estadista moçambicano anunciou, numa comunicação à Nação, no dia 20 de Março, a suspensão de aulas, a todos os níveis, uma medida que encontrou em contrapé muitas instituições de ensino que, apesar de acompanharem a evolução da pandemia pelo mundo fora, ainda não tinham desenhado um plano para garantir a continuidade das aulas, ainda que à distância, caso fosse necessário.

Aida Matsinhe

Segundo o que o MAGAZINE apurou, esta medida está a ser entendida por alguns docentes e estudantes como período de férias, facto que deixa agastados alguns estudantes que, apesar de não disporem de recursos financeiros, se esforçam para ter acesso a internet que os permita fazer o acompanhamento das aulas via online.

Porém, já lá vão três semanas que a medida vigora e alguns estudantes nunca tiveram contacto com alguns docentes, o que cria incerteza no seio da comunidade académica em relação aos resultados do final do semestre.

Dos estudantes contactos pelo MAGAZINE Independente o denominador comum é o custo elevado da internet, entretanto, apesar disso têm criado condições para que na hora marcada para as aulas, através da plataforma Google classroom, WhatsApp, vídeo conferência ou skype, se façam presentes na sala virtual.

Segundo soube o MAGAZINE, as aulas nesta plataforma decorrem na hora normal,



porém levam menos tempo comparando com o tempo de uma aula presencial e não há espaço para esclarecer as dúvidas.

“É preocupante a falta de entrega de alguns professores”, disse Victor Bernardo, estudante do curso de Electrotecnia da Faculdade de Engenharia da Universidade Eduardo Mondlane.

Por outro lado, entende que a este ritmo que decorrem as aulas é tempo do ministério que tutela o ensino superior repensar num novo calendário, de modo a recuperar-se o tempo que se vai perder, pois estas três semanas estão a provar que o ensino à distância, pelo menos para a Faculdade de Engenharia, foi uma saída infeliz, dada a falta de comprometimento, quer por parte de alguns professores, quer dos estudantes.

Soando como um grito de socorro, uma estudante do curso de Contabilidade e Gestão no Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique (ISCAM) disse que as aulas estão a um ritmo de camaleão.

Acrescentou que nem todos os docentes têm interagido connosco, alguns desde que as aulas presenciais foram interrompidas ainda não se pronunciaram.

Em caso de dúvidas, disse a estudante, que preferiu o anonimato, temendo represálias, os docentes têm passado por sérias dificuldades para esclarecer os discentes, uma vez que a maior parte das cadeiras são práticas, havendo necessidade de se observar passo a passo a resolução,

mais isso ainda não é possível, consequentemente ficamos mais baralhados.

Por outro lado, referiu que nem todo o estudante tem acesso a essas aulas, o que se deve à falta de recursos ou “dispositivo” para aceder às aulas. “E preocupa-me o facto da direcção pedagógica estar mais preocupada com as mensalidades, dia-a-dia somos lembrados de forma ameaçadora que as propinas devem ser pagas atempadamente, isto é, nada sofrerá alterações, sob pena de pesar sobre nós uma multa impiedosa”, disse.

Reconhecemos que há despesas correntes que a instituição deve cobrir e esta pandemia pegou a todos de surpresa, mas que haja maior seriedade em relação ao processo de ensino-aprendizagem”, acrescentou.

No tocante ao custo elevado da internet, o MAGAZINE questionou se a plataforma anunciada numa conferência de imprensa pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional, cujo acesso seria gratuito, ainda não estava disponível, ao que o estudante respondeu nos seguintes termos não sei se trata-se do Google classroom, se for essa plataforma fomos informados que estaria disponível mas até aqui nem água vai, nem água vem, sendo que as aulas estão a decorrer através dos grupos de WhatsApp.

Entretanto, enquanto pairam incertezas em relação aos estudantes dos cursos presenciais, os outros dos cursos à distância dizem não ter mo-

tivos de queixa. As aulas estão a decorrer num ritmo normal, apesar de ainda não estar disponível a plataforma que vínhamos usando nos anos anteriores foram criados grupos de WhatsApp e os trabalhos são orientados também através dos nossos emails”, disse um estudante da UniSave que frequenta o curso do Ensino Básico à distância.

Para a docente universitária Cremilde Nuvunga, o ensino neste momento da Covid-19 está sendo um desafio, porque é algo que lhes pegou de surpresa.

“No ano passado, pelo menos na instituição onde estou a leccionar, iniciou uma formação psicopedagógica dirigida a docentes e uma das cadeiras que tivemos foi o uso das TICs e aprendemos a usar as ferramentas como Google classroom, skype e outras, e esta situação veio a calhar”, explicou.

Entretanto, o maior desafio está a ser interagir com os estudantes, pois estes não aceitam estudar usando este meio, e como forma de pressioná-los criamos grupos de WhatsApp, usamos os emails, temos o Google classroom, onde fazemos as nossas reuniões e fazemos as nossas aulas e também fazemos a marcação da presença. Está a ser num exercício sim, mas as aulas acontecem”, disse.

O MAGAZINE tentou ouvir sem sucesso o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional sobre qual era o ponto de situação da plataforma de ensino cujo o acesso seria gratuito.

GABINFO viola a lei ao sancionar órgãos de comunicação social que veicularem notícias de Covid-19 contrárias às oficiais

O Gabinete de Informação, através da ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Helena Kida, anunciou que durante a vigência do Estado de Emergência os órgãos de comunicação social que veicularem informações sobre Covid-19 contrárias às oficiais serão sancionados. No entanto, o Instituto de Comunicação Social da África Austral (MISA-Moçambique) defende que das normas anunciadas do Estado de Emergência nenhuma se refere à limitação da liberdade de expressão, liberdade de imprensa e direito à informação.



pela Assembleia da República, que são os únicos órgãos de soberania revestidos de poder constitucional para aprovar normas em Estado de Emergência, nenhum deles fez referência a uma norma que se refira à limitação da liberdade de expressão, liberdade de imprensa e direito à informação. Aliás, ao decretar-se esta norma se está, por um lado, a violar a Constituição à luz do dia, ao mesmo tempo que, por outro lado, se coloca toda uma comunidade em incerteza e insegurança jurídica, ao fazer-se menção a sanções abstractas, qual legalização da arbitrariedade, o que é absolutamente inaceitável. Portanto, não estando esses

direitos fundamentais (liberdade de expressão, liberdade de imprensa e direito à informação) limitados, e não estando a Constituição da República de Moçambique suspensa, os mesmos devem continuar a ser exercidos conforme estabelecido na Constituição da República de Moçambique, em particular nos artigos 48, 3 e 73, bem como na Lei de Imprensa (Lei número 18/91, de 10 de Agosto) e Lei do Direito à Informação (Lei número 34/2014, de 31 de Dezembro).

O MISA defende ainda que os órgãos de informação e seus profissionais devem desempenhar as suas funções com responsabilidade, zelo

e integridade, assumindo os valores do patriotismo como parte do seu trabalho, não competindo ao Governo, muito menos ao GABINFO ditar-lhes o que fazer, daí que apela-se ao Governo para que cuide da subtração do Decreto número 12/2020, de 2 de Abril, de todas as normas que se acham em flagrante desconformidade com a Constituição da República, que não está suspensa, em particular os números 4 e 5 do artigo 27.

Por seu turno, o jornalista Tomás Vieira Mário defende que o posicionamento do GABINFO levanta inúmeras perplexidades. A primeira reside no facto de se tratar não de um comando interpretativo de qualquer norma consagrada no Decreto Presidencial, mas sim de criação de Direito. Segue-se, então, a segunda perplexidade, que se trata de um limite definido de forma mais ambígua que se possa imaginar, por não caracterizar, nem de longe, a natureza do bem jurídico a proteger, ao que se levanta várias questões, dentre as quais em que consistiria contrariar a informação ofi-

cial? Seria sancionada a publicação de um estudo ou de uma pesquisa científica com conclusões diferentes dos documentos oficiais? De que tipo legal se trataria? Em que lei do Estado e em vigor tal crime está previsto? E como se definiria o objecto “informações oficiais”? São as contidas no Boletim da República? Serão os comunicados de imprensa de órgãos do Estado? Entrevistas ou declarações de titulares de órgãos centrais do Estado? Ou os relatórios de qualquer entidade estatal, envolvendo uma miríade de entidades, do Chefe de Estado ao secretário de bairro. Contudo, Tomás Vieira Mário apela que este diploma seja devidamente revisto, eliminando a norma contida na alínea a) no seu número 27, por ser ilegal. Levanta ainda a hipótese de que o Conselho de Ministros, a pretexto da prevenção da propagação do coronavírus, quis “aproveitar-se” da declaração do Estado de Emergência para bloquear ilegalmente um direito fundamental dos cidadãos, o direito à liberdade de imprensa e à informação. **Redacção**

PUBLICIDADE



UDM
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE MOÇAMBIQUE
ALVARÁ Nº 23/UBH/ES/UDM/MCTESTP/2017

**Inscrições
abertas
2020**

MESTRADOS
Duração: 2 Anos
Início das aulas: Fevereiro de 2020

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas
- Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos
- Licenciatura em Gestão de Marketing
- Licenciatura em Gestão Financeira
- Licenciatura em Administração Pública
- Licenciatura em Contabilidade e Auditoria
- Licenciatura em Relações Públicas e Assessoria de Direcção
- Licenciatura em Organização e Economia de Trabalho

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

- Licenciatura na área Jurídico Forense
- Licenciatura na área Jurídico – Económico – Empresarial
- Licenciatura na área Jurídico – Político – Constitucional

FACULDADE DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS

- Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial
- Licenciatura em Engenharia Ambiental e Gestão de Desastres
- Licenciatura em Engenharia e Gestão de Energias Alternativas e Recursos Petrolíferos
- Licenciatura em Gestão de Tecnologias de Informação e Comunicação
- Licenciatura em Engenharia e Gestão da Construção Civil

DOCTORAMENTO
Duração: 4 Anos
Início das aulas: Março de 2020

**Doutoramento em Paz, Democracia,
Movimentos Sociais e
Desenvolvimento Humano.**



**A PONTE para os
PROFISSIONAIS de Moçambique**

Contactos:
Universidade Técnica de Moçambique
Av. Alberto Lithuli Nº 418/438 ou através dos telefones:
Secretaria Geral - 21301102/21302109 • Email: mciudm@gmail.com
Secretaria do Mestrado - 84 02 62 805 / 82 15 93 122 • Email: dpgp9udm@gmail.com
Website: www.udm.ac.mz • www.facebook.com/udm.mz/
Maputo – Moçambique

Soldados de papel

A pandemia imposta pelo novo coronavírus encontrou-lhes já em crise. Uma crise introduzida pelas novas tecnologias de comunicação e informação que, há muito, abrandaram a procura pelo jornal impresso. O negócio, que tinha tudo para ser lucrativo, apenas lhes permite sobreviver. Mas os ardinas, estes soldados de papel, continuam de pé até o último jornal deixar de sair à rua.

Elton Pila

Os dias são de distanciamento social. Ao tom pálido imposto pelo coronavírus sobrepõe-se um céu cinzento que nega o brilho do sol. Sopram ainda ventos frios e já o dia vai a mais da metade. As ruas continuam movimentadas, não como antes, mas são ainda muitos os que não se podem deixar ficar trancados em casa à espera desta fase menos boa passar. Entre eles os ardinas, que diariamente levam os jornais para os leitores, a cumprir a última parte da corrida de estafeta mais antiga dos meios de comunicação.

Continuam nas ruas, mas as bancas estão mais vazias. Estes tempos de pandemia do coronavírus também forçaram à paralisação da impressão de uma mão cheia de jornais, o MAGAZINE Independente entre eles, agora reduzidos às telas dos dispositivos electrónicos. Os ardinas já há muito choravam a morte lenta do jornalismo impresso e com ele das suas vidas, construídas a base do papel tingido de notícias. As novas tecnologias de comunicação e informação, que muitos apontam como o futuro, conduzem uma marcha fúnebre da plataforma pela qual o jornalismo primeiramente chegou ao Homem, o jornal impresso. E o novo coronavírus parece ter vindo acelerar o passo. “Já não há negócio” – diz Pedro Zimba, 44 anos, na esquina entre as avenidas 25 de Setembro e Samora Machel, numa voz que começa a sair embaçada entre o foro da máscara que o pro-



Ardinas reclamam que já não há negócio

e já um sorriso espreita-lhe o rosto, com a máscara de protecção relegada ao queixo. Não recorda exactamente quantos exemplares eram vendidos por dia, mas fala de um calhamaço superior à totalidade dos jornais que compra semanalmente. “Mas até 10/11 horas os jornais acabavam. Existiam filas para compra de jornais”, o que hoje é uma miragem. Os tempos mudaram, a nova Constituição abriu espaço para o florescimento de órgãos de comunicação, que viram o esplendor pouco depois da virada do milénio. Hoje conta-se uma dezena de jornais impressos e centenas de electrónicos, sem contar com inúmeras rádios e televisões. As várias plataformas para se ter acesso a informação fizeram, pensa Pedro, com que as pessoas perdessem o gosto de ter o jornal físico na mão. Olhando para trás, faz uma análise comparativa e percebe o tanto que o pai, com duas famílias, conseguiu fa-

zer como vendedor de jornais. “Construí uma casa na Maxaquene e outra em Ndhhlavela. Mandou-nos à escola”. Mas à época, diz, havia outras facilidades. Os preços dos materiais de construção eram baixos. “Actualmente, com a venda do jornal não se faz nada. O dinheiro apenas serve para alimentação”, diz ele, que até conseguiu adquirir um terreno, restalhe construir uma casa. Enquanto isso, vive em Ndhhlavela, com três filhos e a esposa, que muito ajuda nas despesas da casa. Pedro pensa em abandonar este barco e abraçar outros projectos, porque apenas a simpatia que ganhou dos clientes e as conversas diárias com colegas é que fazem com que continue a manter um sorriso no rosto, enquanto trabalha. “Saiu o jornal Desafio?” – pergunta alguém, enquanto conversávamos. “As pessoas ainda querem ler os jornais” – diz-nos, de-

pois de ter respondido ao cliente. Nunca pensou em ser jornalista, mas volvidos trinta



Pedro Zimba

anos a trabalhar com jornais sabe o que os jornais devem fazer para voltarem

a apetecer aos leitores e vencer a concorrência das redes sociais. “Os jornais devem ser credíveis, buscar infor-

tege do coronavírus e se torna mais límpida depois de sucessivos goles da água. “Estou a prevenir”. A ideia cimentada de que os jornais também podem ser vectores do novo coronavírus afastou os já poucos leitores da sua banca. “Mas se olhássemos por aí deixaríamos de usar o dinheiro. O dinheiro é mais perigoso”, pensa. Agora, o activo da sua banca são apenas os três jornais que continuam a imprimir. Mas ainda restam as últimas edições de outros jornais que já não imprimem há duas semanas, prova maior de que os jornais perderam o posto de fonte sobre o que tem estado a acontecer no país e no mundo. “Agora todos vêm as notícias na internet”, diz e lhe sentimos o saudosismo dos outros tempos. Aprendeu a vender jornais com o pai, tinha apenas 13 anos. Nessa época eram poucos os jornais a circular. Recorda do Notícias, Diário de Moçambique e do Domingo, que teria surgido pouco depois. “As vendas eram muito boas”, lembra

ca as manchetes de alguns jornais que pensam apenas em vender. “Podem vender nas primeiras semanas, mas nas semanas seguintes não vão vender, as pessoas dirão que o jornal não é credível”, garante.

Todos os dias, quando o relógio marca perto das 6 horas, está pronto para comprar os jornais do dia. Depois distribui os jornais para quem prefere recebê-los no local de trabalho. Monta a banca e põe-se a lê-los, sendo tam-

bém uma estratégia de venda. “Só de olharmos para a capa sabemos que vai ser comprado”, garante e recorda do tempo que o antigo líder da Renamo era ainda vivo. “Os jornais com capas de [Afonso] Dhlakama sempre vendiam”,

diz. E pedimos-lhe que comentasse sobre o actual líder da oposição. “Ossufo Momade não vende. Não tem punho para ser líder. Todas as vezes que foi capa de jornais as vendas não mudaram”, garante.

“As pessoas compram o jornal apenas para ver anúncios de emprego e necrologia”

Quem lhe olha a banca, com os jornais a preencherem a estante de ferro que lhe foi dada, pode pensar que ainda continua tudo normal. Mas esta é a prova de tudo, menos de que a situação é normal. Os jornais são antigos, folhas já amareladas pelo tempo. “Os jornais já não vendem”, diz ele com alguma preocupação. José Josefa tem 73 anos, mais de 50 deles dedicados à venda de jornais. É grupo de risco nesta pandemia do coronavírus. Mas nega-se a ficar em casa. “Preciso trabalhar”, diz com a voz naturalmente embargada e os gestos mais lentos pela idade. “Vou ficar quando as coisas piorarem”. Depende disto para viver, diz. “Não tenho reforma. Se ficar em casa ninguém vai me dar dinheiro, nem comida, nem nada”.



José Josefa

que faça uma grande diferença no final do dia. “As coisas estão pior, mas não é como não

ter nada”. O seu posto de trabalho é na Avenida 24 de Julho, na Versa-

lhes. Um bom posto de venda de jornais, diz, nas semanas em que há sessões no Parlamento. “Os deputados compram muito”. Vindo de Inhambane para Maputo, a promessa inicial era para estudar, mas acabou sendo impedido para o trabalho ainda muito novo. Foi pedreiro durante algum tempo até que um acidente de trabalho lhe imobilizou o braço esquerdo e obrigou-o a um afastamento de actividades pesadas. Começou como ardina a trabalhar para “um branco” e depois, com o dinheiro que foi acumulando, conseguiu fazer do jornal negócio próprio. “O jornal dava dinheiro”, diz. Agora, faz saber o que seria engraçado se não fosse testemunho dramático da sua actual condição, “as pessoas compram o jornal apenas para ver anúncios de emprego e necrologia”.

De 100 a 10 por dia

Jorge Changamisse, 41 anos, começou a vender jornais tinha apenas 13 anos. Havia parado de estudar e o pai, com o receio que demasiado tempo livre fizesse com que o filho trilhasse por maus caminhos, decidiu falar com um primo já ardina para que desse emprego ao filho. O tio aceitou e Changamisse começou a trabalhar na venda de jornais, algures na Avenida Filipe Samuel Magaia. Naquela época, garante, os jornais tinham saída. “O que vem atrapalhar os jornais são as redes sociais”, e engrossa a voz dos que dizem que já não há negócio. Nos tempos áureos do negócio de jornais conseguiu construir uma casa, na Machava 15, onde hoje vive com a esposa e mais 4 filhos. O ano até começou bem, diz, e parecia que os jornais voltariam a ter a mesma força que tinham noutro tempo. Mas, agora, vê-se obrigado a trabalhar com apenas dois jornais semanários e um diário, os que ainda continuam a imprimir. Conta que antes da crise económica imposta pelas dívidas

ocultas, antes das redes sociais ombrearem com os jornais e o jornalismo, e mesmo antes desta crise imposta pelo coronavírus, chegava a vender 100 jornais por dia. “Hoje é complicado acabar 10 jornais por dia”. A crise imposta pelo estado de emergência fez com que muitos dos seus clientes habituais deixassem de comprar jornais, receando que mesmo que depois de encontrada a cura para a Covid-19 ou a pandemia ter amainado os leitores estejam demasiado confortáveis com a leitura dos jornais electrónicos e não voltem mais a ver a necessidade do impresso. “Isto vai estragar o nosso negócio”. Um negócio que tinha tudo para ser lucrativo. Contas feitas, cada jornal é adquirido entre 10 e 15 meticais e são vendidos entre 50 e 60 cada, chegam a uma margem de lucro de mais de 75%. “Mas poucas pessoas compram os jornais”, lamenta. “As coisas estão difíceis” – a frase repete-se. Desta vez quem é a pronuncia é Carlos Zimba, de 36 anos. Vende jornais há



Jorge Changamisse

menos tempo do que os outros. É ardina há 8 anos, na esquina entre a 25 de Setembro e Samora Machel, a mesma esquina do seu falecido pai, que lhe iniciou nesta actividade ainda muito novo. Apesar de ter começado a vender jornais numa época em que a internet já fazia parte do quotidiano de milhares de moçambicanos, sobretudo na cidade de Maputo, Carlos diz que os jornais já foram mais comprados. “Agora, o dinheiro que ganhamos é para meter na panela”, disse.

Reclama dos jornais que deixaram de imprimir. Neste tempo do coronavírus, diz, os jornais seriam muito importantes. “As pessoas querem ser informadas sobre esta situação do coronavírus”. Para ele, o jornalismo digital fez com que muita gente não recorresse ao jornal físico. “As pessoas lêem via telemóvel”. Mas não acredita na morte do jornal impresso. “Os jornais continuam a circular. Nós vamos continuar aqui até o último jornal deixar de sair na praça”.

english

New head sworn in for anti-drugs office

Mozambican Prime Minister Carlos Agostinho de Rosario declared on Wednesday that drug trafficking and organised crime are endangering the country's economic and legal system. Speaking in Maputo, at the ceremony where he swore into office Filomena Chitsondzo as the new General Director of the Central Office in the Fight against Drugs. AIM



Police arrest alleged kidnappers

A member of the Mozambican armed forces (FADM) and a witch-doctor are among three people detained by the police for their involvement in kidnapping Shelton Lalgy, the son of Juneide Lalgy, a prominent business person in the transport area.



Investigation Service (SERNIC), Leonardo Simbine, presented the three suspects now under arrest. The police believe that the soldier, who is a member of a military unit stationed in Manica province, provided the kidnap gang with their guns and ammunition. The soldier (who was not

named) told reporters that he knew two members of the kidnap gang, "Elias" and "Big", but he had not taken part in their activities.

"I didn't lend them any guns, and it's difficult to take a gun from the barracks", he said. "I didn't take part in any kidnapping, but I confirm I had contacts with them. Elias was my neighbour".

He claimed he had cooperated with the police and had led them to the house of the witch-doctor, "so I don't know why I've been detained".

The witch-doctor admitted to receiving 50,000 meticaís (746 US dollars, at current exchange rates) from the gang for providing them with "traditional medicine". He denied that the purpose of this "medicine" was to assist them in kidnapping. He said he had received the payment from the hands of the soldier.

The firearms and the vehicles used by the kidnappers were allegedly stored at the witch-doctor's house

The third member of the group is a woman who was detained in Beira, when she was supposedly organising another kidnapping. She was responsible for locating hideouts where the kidnap victims were held prisoner. She told the reporters that her tasks including cooking or buying food for Shelton Lalgy.

The same group is accused of kidnapping a trader named Balesh Moulal, in the city of Maxixe, in Inhambane province. Simbine said that Moulal was released and is in good health. He did not say whether a ransom had been paid.

Simbine said SERNIC has also detained two other men, suspected of kidnapping a Portuguese businessman, Ragendra Dhiraj-

bal, owner of the Maputo plastics company Riplex, on 20 August last year.

He added that investigations are now "very advanced" into locating the other members of these kidnap gangs, whom the police have already identified.

SERNIC also took reporters to the house in the Matola neighbourhood of Tsalala, where Lalgy was held for most of his period of imprisonment.

Simbine took the opportunity to warn people who rent out houses to register their property, otherwise they would be suspected of collaborating with the kidnappers. "Pay great attention to any request to rent property for very short periods", he advised. AIM

Shelton Lalgy was seized by a kidnap gang on 28 November last year as he was walking home from a gymnasium in the southern city of Matola. He was released two months later, after his family paid a ransom. Neither the family nor the police revealed how much was paid to the kidnappers.

On Wednesday, at a press conference in Matola, the spokesperson for the National Criminal

South African helicopter gunships in Cabo Delgado



Light helicopter gunships strafed a base of the insurgents in Mueda area on Wednesday and then attacked their bases in Mbau in Mocimboa da Praia and in Muidumbe on Thursday, according to Peter Fabricius in Daily Maverick (9 April, bit.ly/Fabricius-9Apr) The attacks did not include ground forces although these might follow later.

A Gazelle gunship and a Cessna Caravan fixed-wing personnel carrier arrived in Pemba last weekend. On Wednesday they were joined by three helicopters - another Gazelle gunship, a Bell UH I "Huey" and a Bell 406 Long Ranger - and one fixed-wing Diamond DA42. The attacks were carried out by the South African private security company Dyck Advisory Group, according to Daily Maverick. Moz24h reports that they are

based at the Pemba Naval Base and were involved in the attack on Quirimba invaders Friday morning. Pinnacle News says that it was one of the Gazelles which was shot down, and that at least one insurgent boat was sunk. "Gunship" means a man sitting at the door of the helicopter with a heavy machine gun.

Dyck Advisory Group (DAG) replaces the Russian Wagner Group which withdrew, defeated, last month. According to Daily Maverick DAG is "owned by former Zimbabwean military colonel Lionel Dyck who is believed to be close to Zimbabwean President Emerson Mnangagwa." Lionel Dyck was involved in Zanu-PF politics and various projects from 2002 to have Mnangagwa replace Robert Mugabe. Max Dyke is part of the group, and according to its website (<https://www.dyckadvisorygroup.com/>) was a guide on the Zambezi River and was involved in demining in Mozambique in 1997. Their website says DAG has "undertaken security-based operations" in Mozambique and has "counter poaching operations ... currently running in Mozambique". Zitamar (10 Apr) says Dyke helped Mozambique take Renamo's Gorongosa base in 1985.

Joseph Hanlon

Government orders wearing of masks



The Mozambican government announced on Wednesday that wearing face masks is now compulsory on all forms of passenger transport, and wherever groups of people are gathered.

Announcing the decision after an extraordinary meeting of the Council of Ministers (Cabinet), the government spokesperson, Deputy Justice Minister Filimao Suaze, said any type of mask, including home-made ones, is acceptable, as long as it covers the mouth and nose. Even a simple handkerchief, held in place by elastic bands would be sufficient.

Suaze said this new approach is in line with the latest advice from the World Health Organisation (WHO) on the use of masks in preventing the spread of the coronavirus that causes the Covid-19 respiratory disease. With this measure, nobody should be able to enter a bus, minibus or train, unless they wear masks. Although the concept of "groups of people" is not defined, this presumably means that when people visit supermarkets or other shops, they must wear masks.

The government also scrapped its ban on the use of bicycles and motorbikes as taxis. This ban had caused protests in several cities, including serious rioting in the northern port of Nacala on Wednesday morning.

Bicycle-taxis and motorbike-taxis can go back on the roads, provided they do not attempt to carry more than one passenger, and both the cyclist and his passenger are wearing masks.

Suaze said this change is an attempt to manage the health crisis while avoiding a socio-

-economic crisis. "In allowing bicycle-taxis and motor-bike taxis to operate, we are meeting the clamour from some strata of our population who normally use this form of transport", he said.

The government has also scrapped the clause in the state of emergency regulations which limited the number of passengers in any bus or minibus to a third of the vehicle's capacity. Now they can operate at full capacity, provided all the passengers wear masks.

The restriction on the number of people who can work in any factory has also been relaxed. The state of emergency regulations limited the number of people who can go on working to a third of the normal workforce.

Now industries can request that more than a third of their employees be allowed to remain at their posts during the state of emergency. The request should be made to the Labour Minister who must consult with the Minister of Industry and Trade. AIM



Marcas em Movimento

Cornelder junta-se a “Juntos Contra a Covid-19” com 60 máquinas de costura

A Cornelder de Moçambique, SA, concessionária dos terminais de contentores e de carga geral do Porto da Beira, no quadro da sua responsabilidade social empresarial, está a desenvolver desde a semana finda, um projecto de produção local de máscaras e viseiras denominado “Juntos Contra a Covid-19”, que envolve associações sem fins lucrativos vocacionadas em actividades de corte e costura, seguindo as últimas recomendações emitidas pela Organização Mundial da Saúde – OMS e os decretos produzidos pelo Governo no âmbito do Estado de Emergência. Numa primeira fase, a CdM adquiriu 60 máquinas de costura, entregues a título definitivo a seis associações, nomeadamente, Young Africa, Renascer do Sol, Restaurando Sonhos e as Paróquias São José da Munhava, Macuti e Matacuane, que receberam também matéria-prima para a produção de 2.000 máscaras e viseiras de protecção por dia que, por sua vez, serão distribuídas gratuitamente em sectores onde há um grande potencial de propagação, como mercados formais e informais, transportes colectivos e semi-colectivos, transportadores de carga, profissionais de comunicação social e outros agentes públicos que trabalham, directamente,



com a população.

Jan de Vries, administrador delegado da Cornelder, assegura que de forma preventiva este projecto pretende estar à frente de uma não desejável, mas eventual eclosão massiva de casos da doença no país e as soluções locais são recomendadas, quando se sabe das carências deste tipo de equipamentos de protecção em todo o mundo.

BCI relança solução de pagamento virtual



O BCI relançou, na semana passada, o POS Virtual daki, uma solução que permite aos usuários do serviço daki via Celular (Conta Móvel/Conta à Ordem), efectuar pagamentos através de um telemóvel com recurso à plataforma USSD (*124#), junto dos comerciantes com POS BCI, sem interação com o equipamento, tanto por parte do comerciante assim como do Cliente. Esta solução, lançada num contexto em que é recomendado o mínimo de interação com objectos ou equipamentos

de uso público, junta-se ao conjunto de medidas que o Banco está a tomar, com vista a evitar a propagação do Coronavírus em Moçambique. Ela permite fazer pagamentos, sem necessidade de contacto físico com o teclado dos POS tradicionais, nem a entrega do cartão ao comerciante, sendo o pagamento efectuado exclusivamente por via do celular através do código *124#.

O BCI incentiva desta forma os clientes e os utentes dos seus serviços a privilegiarem o uso dos canais digitais e telefónicos, evitando, quando tal for possível, o recurso às agências.

As medidas já em curso, adoptadas pelo Banco, incluem a limitação do número de clientes presentes em simultâneo no interior das agências, com vista a garantir o distanciamento necessário; o reforço da higienização das instalações e a disponibilização de meios de desinfeção aos colaboradores e clientes nos espaços de atendimento público, para além de os colaboradores com funções de atendimento cuja actividade implica exposição aos clientes, em particular os caixas e atendedores estarem a usar máscaras de protecção e luvas durante o trabalho.

Moza Banco apoia ICOR com 50 mil de dólares

O Moza Banco doou 50 mil dólares, equivalentes a 3.340.000 meticais, ao Instituto do Coração, para apoiar no atendimento aos pacientes ligados à pandemia da Covid-19. O valor doado pelo Moza Banco vai ajudar nas despesas não previstas no plano orçamental do instituto. Especificamente, este valor destina-se à compra de medicamentos, equipamentos de protecção individual dos trabalhadores, ventiladores e também deverá ajudar nas obras de requalificação da estrutura física, para se adaptar ao isolamento rigoroso destes doentes.

Isto tudo não estava previsto no plano orçamental do ICOR para 2020, tal como explicou Maria Beatriz Ferreira, directora-geral da instituição, tendo acrescentado que não estando previstas no orçamento da instituição, estas operações exigiram gastos adicionais ao que se esperava gastar no presente ano de 2020, sem a pandemia da Covid-19.

“É por isso que o apoio do Moza Banco foi bastante fundamental pelo valor que foi, mas acima de tudo pelo momento em que foi”, em que “nós tanto estamos a precisar de apoio para fazer face a esta doença”, explicou a dirigente do instituto, mostrando satisfação e “profundo agradecimento” pelo facto de o banco ter sido um parceiro que apareceu num mo-



mento certo, para agregar valor ao ICOR e, principalmente, ao país inteiro.

O Instituto do Coração é uma instituição sem fins lucrativos. Está em Moçambique desde 2001, atendendo gratuitamente crianças cardíacas provenientes de famílias pobres. Até agora, o ICOR já operou gratuitamente mais de 2000 crianças, as quais, sem o tratamento, teriam perdido a vida.

E é mesmo por causa do seu cunho filantrópico que o Moza Banco decidiu apoiar, no âmbito da sua responsabilidade social. Aliás, o PCA do banco, João Figueiredo, apareceu recentemente a exortar todos a fazerem o que podem para travar a propagação do novo Coronavírus em Moçambique.

Vale reforça medidas de prevenção de Covi-19 e plano de continuidade do negócio



A Vale informa que, em virtude do decreto de Estado de Emergência em Moçambique até o dia 30 de Abril, a companhia dará continuidade, como medida preventiva e instrução global das empresas, à retirada dos trabalhadores expatriados da mineradora e empresas do Corredor e seus familiares para o seu país de origem, para que fiquem mais próximos das suas famílias neste momento, dando o suporte e necessário, indica o comunicado enviado à nossa Redacção.

Neste âmbito, segundo o comunicado, a Vale tem adoptado diversas medidas para proteger os seus trabalhadores, ne-

gócios e comunidades próximas às suas operações, de forma a manter apenas os serviços essenciais. A empresa lembra que, antes mesmo da confirmação do primeiro caso no país, já vinha reforçando algumas acções de prevenção, garantindo uma actuação proactiva, nomeadamente: introdução do regime Home Office integral para as áreas administrativas e turno com escalas de trabalho para a área operacional; redução de pessoas nos refeitórios e autocarros; restrição do número de reuniões presenciais; cancelamento de eventos e visitas às operações, garantindo assim a prevenção efectiva da propagação do vírus, cancelamento imediato de viagens nacionais e internacionais, assim como, introdução de uma linha verde de atendimento 24h/ 24h, para além da partilha de informação diária sobre Covid-19, nos canais de Comunicação Interna, para os trabalhadores e empresas contratadas, etc. A empresa está a tomar todas as medidas necessárias para garantir a saúde e segurança dos trabalhadores locais e seus dependentes, providenciando atendimento médico remoto a potenciais casos, no sentido de encaminhar rapidamente aos locais identificados pelo serviço nacional de saúde.

economia

Investigadora propõe subsídio de emergência no país

A investigadora Ruth Castel-Branco, do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) de Moçambique, defende a criação de um subsídio de desemprego de Estado de Emergência no país, a propósito da pandemia da Covid-19.



Moçambique procura parceiros para gerir espaço da FACIM

Agência para a Promoção de Investimentos e Exportações (APIEX) de Moçambique está à procura de parceiros, nacionais ou estrangeiros, com capacidade para conceber, construir e explorar o espaço da Feira Internacional de Maputo (FACIM), em moldes de parceria público-privada, anunciou a instituição, noticia Macauhub.

Esta medida faz parte da estratégia de desenvolvimento do Centro Internacional de Feiras e Exposições de Ricatla, no distrito de Marracuene, província meridional de Maputo, que anualmente acolhe homens de negócios de todo o mundo numa feira de comércio e indústria.

A APIEX disse ainda que a iniciativa visa juntar os sectores económicos do país e do estrangeiro interessados em construir um espaço para a promoção de encontros entre empresários de todo o mundo.

“O centro a ser construído vai permitir a exposição das potencialidades económicas do país, facilitando parcerias de negócios e a promoção do desenvolvimento de Moçambique”, refere a APIEX em comunicado.

Refere ainda que a parceria público-privada para esta iniciativa passa pela elaboração do projecto executivo, tendo como referência as orientações estratégicas definidas para a área de concessão, e realizar o estudo de viabilidade técnica, económica e financeira, incluindo o plano director.

O comunicado acrescenta que a parceria inclui estruturar e mobilizar a solução de financiamento, gerir os meios humanos, técnicos e financeiros de modo a executar o projecto executivo nos termos da proposta do plano director bem como desenvolver acordos para a exploração das infra-estruturas e gerir a operação.

Proposta do Orçamento do Estado “baseia-se em pressupostos irrealísticos”



Celeste Banze

O Centro de Integridade Pública (CIP) revela que a proposta do Orçamento do Estado, a ser debatida esta semana no Parlamento, baseia-se em pressupostos irrealísticos, pois toma em consideração uma tendência de crescimento do PIB de 2,2%, semelhante ao de 2019, ignorando a magnitude do impacto da Covid-19 nos diferentes sectores de economia, com ênfase no sector extractivo.

Elísio Muchanga

De acordo com aquela organização não-governamental, a proposta do Orçamento do Estado para 2020 prioriza o pagamento de salários e remunerações dos serviços de representação do Estado e dos órgãos de governação descentralizada provincial (OGDP), de cerca de 15 biliões de meticais, facto que contribui para um aumento das despesas com pessoal para 12,2% do PIB, um aumento de 2 pontos percentuais em relação a 2019 nesta rubrica, o maior aumento nos últimos 3 anos.

Segundo a pesquisadora da-

quela instituição, Celeste Banze, na proposta do orçamento a ser debatido e aprovado pela Assembleia da República, para além de não constar nenhuma informação sobre as acções previstas nos OGD, esta compromete a sua veracidade, e, sendo aprovada desta forma, certamente sofrerá alterações à medida que os planos e orçamentos provinciais forem enviados ao Ministério da Economia e Finanças.

O CIP propõe que certas projecções sejam revistas em baixa, tais como o PIB e o nível de exportações, e sugere que o Governo defina os sectores e a lista dos potenciais bens e serviços a serem adquiridos com recurso ao regime excepcional de contratação pública, para minimizar o aproveitamento por parte de alguns agentes públicos que podem adquirir outros bens e serviços que não sejam necessários para responder à Covid-19.

O CIP revela ainda que, apesar da proposta do Orçamento do Estado referenciar que os países africanos devem adoptar medidas para proteger os salários dos trabalhadores face a Covid-19, as acções previstas revelam-se inspidas para garantir isso, num contexto em que o Ministério do Trabalho e Segurança Social veio a público informar que pelo menos 6.400 trabalhadores estão em situação de suspensão de contrato de trabalho ou férias colectivas. “A POE-2020 ignora os ataques dos “insurgentes” em Cabo Delgado, que já causa-

ram mais de 700 mortes e 100 mil deslocados. No documento em causa não há uma indicação de que o Governo pretende tomar como prioridade a questão dos ataques, e não define o montante da afectação de recursos para realização da despesa pública”, diz a pesquisadora.

Para o CIP, a descentralização provincial representa claro retrocesso em termos de transparência orçamental. Por esse facto, é urgente que a fórmula dos limites orçamentais para os OGD seja definida.

O país vai gastar aproximadamente 15 biliões de meticais em custos com salários e remunerações para os Serviços de Representação do Estado e dos OGD, mais de metade do

orçamento total alocado para o sector da saúde nos últimos 5 anos.

Em 2019, o Governo referiu que faria a revisão dos Regimes Específicos de Tributação e Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas e da Actividade Mineira. Entretanto, não houve nenhum avanço sobre este assunto e a POE-2020 nem sequer menciona qual será o procedimento a ser tomado.

Por outro lado, a pesquisadora do Centro de Integridade Pública aponta que o Governo de Moçambique pode poupar 7 biliões de meticais das despesas com pessoal e alocá-los para garantir a distribuição de kits de prevenção e máscaras para evitar a propagação da Covid-19 para as famílias pobres.

Financiamento vai a empresas que asseguram reembolso

O ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, disse semana finda que o Governo só vai prestar garantias ao financiamento de empresas públicas que assegurarem o reembolso dos empréstimos, para evitar situações de incumprimento que aconteceram no passado.

“É preciso que se prove que o projecto [empresarial] que está sendo financiado é viável e tem capacidade para reembolsar o crédito”, declarou Adriano Maleiane, respondendo a perguntas dos deputados da Comissão do Plano e Orçamento (CPO) da Assembleia da República (AR). As condições em que o Executivo moçambicano avaliza o endividamento de empresas públicas centraram a audição parlamentar com Adriano Maleiane, com os deputados preocupados em assegurar que não se vão repetir situações como a das dívidas ocultas.

O governante avançou que o processo de emissão de garantias vai seguir a obrigação legal de autorização pelo Conselho de Ministros e pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

“Só podemos passar a garantia quando tivermos a certeza de que o empréstimo vai ter o rendimento e produtividade que se espera”, acrescentou.

A ida do ministro da Economia e



Finanças à Assembleia da República decorreu no âmbito de audições de vários membros do Governo, a propósito das propostas do Orçamento de Estado (OE) e do Plano Económico e Social (PES) para 2020.

Na sequência do escândalo das dívidas ocultas, o Governo moçambicano aprovou em 2017 um decreto com regras mais restritivas para a emissão de garantias de Estado.

O escândalo das dívidas ocultas foi desencadeado por denúncias de que o então Governo moçambicano emitiu secretamente avales a empréstimos no valor de 2,2 mil milhões de dólares, a favor de três empresas estatais ligadas à pesca e segurança marítima.

Moçambique entrou em incumprimento em relação a essas dívidas, sendo obrigado a reestruturar a parcela convertida em ‘eurobonds’, e viu os seus parceiros de cooperação a suspender o apoio ao Orçamento do Estado (OE) em 2016.

Suspensão de leilões de rubis irá afectar o desempenho da Gemfields

O desempenho financeiro da Gemfields poderá, este ano, ser profundamente afectado pela pandemia de Covid-19, que obrigou à suspensão dos leilões de pedras preciosas, responsáveis por 93% da facturação da empresa no ano de 2019, disse o presidente executivo Sean Gilbertson.



nosso desempenho operacional e financeiro em 2020”, disse, para recordar que as restrições à circulação de pessoas obrigou à suspensão dos leilões de rubi extraídos em Moçambique e de esmeraldas “por um período de tempo desconhecido.”

A empresa tinha em caixa 25,4 milhões de dólares, no final de Dezembro de 2019, um aumento anual de 159% devido à venda da participação nas minas Júpiter por 30,4 milhões de dólares, mas a necessidade de suspender os leilões pode fazer com que aquele montante “possa desaparecer.”

Sean Gilbertson referiu-se ain-

da à invasão por mineiros clandestinos da concessão de rubis que a empresa tem na província de Cabo Delgado, no Norte de Moçambique, como outro problema que se adiciona à Covid-19.

A empresa informou em Fevereiro passado que mineiros clandestinos destruíram bens e equipamentos e atacaram trabalhadores.

“A Montepuez Ruby Mining Limitada mantém-se em contacto com as autoridades de Moçambique a fim de que estas tomem medidas contra os financiadores, facilitadores e sindicatos que estão por de-

trás do comércio ilegal de rubis”, disse ainda o presidente

executivo da Gemfields.

Macauhub

AT apreende mercadoria avaliada em cerca de 55 milhões de Meticais

A Autoridade Tributária de Moçambique (AT), em Nampula, apreendeu na semana finda, diversa mercadoria, constituída por aparelhos celulares, material publicitário e fármacos. A apreensão da mercadoria em referência, avaliada em cerca de 55 milhões de meticais, ocorreu na noite do dia 8 de Abril corrente, como resultado do trabalho rotineiro de fiscalização, que as Brigadas móveis das Alfândegas têm realizado, naquela província nortenha e em todo o País.

São apontadas como causa da apreensão da mercadoria, que na altura vinha acondicionada numa viatura de marca Nissan UD, a falta de documentação que sustente a origem e a nacionalização da mesma no território nacional (facturas e despacho de

importação).

Averiguações preliminares feitas no local apontam que a mercadoria terá entrado no País, vindo do vizinho Malawi, com destino à Cidade de Nampula, onde seria introduzida no circuito comercial, sem pagar os devidos encargos fiscais, inerentes à sua importação.

Na sequência, foi lavrado um auto de apreensão, a mercadoria e o meio de transporte, foram depositados no Armazém de Leilões da AT e o motorista detido enquanto o processo fiscal segue os ulteriores trâmites legais junto do Ministério Público e do Tribunal Aduaneiro ao nível daquela província.

Trata-se do primeiro caso de furto, na província, envolvendo este tipo de mercadoria.

PUBLICIDADE

BAD anuncia 10 mil milhões para combater Covid-19 em África

O Banco Africano de Desenvolvimento anunciou, semana finda, a criação de um fundo de até 10 mil milhões de dólares para os governos e o sector privado combaterem a pandemia de Covid-19, no Continente Africano.

“Este veículo é a mais recente medida tomada pelo Banco para responder à pandemia e será o canal principal da instituição nos seus esforços para combater a crise, providenciando até 10 mil milhões de dólares [9,1 mil milhões de euros] aos governos e ao sector privado”, noticia Lusa.

“África está a enfrentar enormes desafios orçamentais para responder eficazmente à pandemia de Covid-19, por isso estamos a mobilizar todo o peso da nossa resposta de emergência para apoiar África nestes tempos críticos”, disse o presidente do Banco, Akinwumi Adesina.

“Estes são tempos extraordinários, e temos de tomar medidas ousadas e decisivas para salvar e proteger milhões de vidas em África,



porque estamos numa corrida para salvar vidas e nenhum país vai ser deixado para trás”, acrescentou o banqueiro.

O instrumento financeiro agora anunciado vai disponibilizar 5,5 mil milhões de dólares para as operações dos países membros do BAD, e 3,1 mil milhões de dólares para operações regionais ao abrigo do Fundo de Desenvolvimento Africano, o braço concessional do fundo que se dedica aos países

mais frágeis, havendo ainda a contabilizar 1,35 mil milhões de dólares para operações do sector privado.

Há duas semanas, o Banco lançou uma emissão de dívida no valor de 3 mil milhões de dólares, destinada a financiar os esforços dos países africanos no combate à pandemia, além de ter aprovado um empréstimo de 2 milhões de dólares para a Organização Mundial da Saúde financiar as suas operações no continente.

Doutor Sofrimento Ningore

Especialista em medicina tradicional

Voce que sofre de:

- Impotência sexual
- Esterilidade
- Corrimento
- Borbulhas no pénis
- Sífilis
- Doenças venéreas crónicas
- Dores de útero
- Diabetes
- Comichão
- Aumenta o sexo e aumenta a potência
- Ser apertado por espíritos a noite
- Sonhar a fazer sexo
- Deixar de fumar
- Dar sorte no serviço
- Recuperação de amor perdido
- Asma
- Período prolongado
- Hemorroides
- Dores de coração



As crianças com menores de cinco anos recebem tratamento gratuito

Dirija se ao consultório médico Ningore, no bairro da Malhangalene, rua do Alba numero 56, perto da Delta Segurança.

Consultas das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:horas.

Contactos:82-8050930/84-8050930

Texto: Elton Pila

Fotos: Nilton Cumbe

Magazinadas

Os dias vazios!

Há um tom pálido a tingir a cidade. O sol até impõe-se entre as nuvens e os dias. Mas tudo isto é menos sobre a realidade e mais sobre com que lentes olhamos a realidade. E as nossas lentes mostram em flagrante as ruas cada vez mais vazias, retrato duma cidade deprimida ou oprimida. «Ficar em casa» é a palavra de ordem. E na semana ida juntou-se uma outra palavra de ordem □ «uso obrigatório de máscaras em aglomerados», uma palavra que chegou depois de o Governo se ver obrigado a desordenar outras tantas palavras de ordem. Efeito dominó em direcções contrárias. O uso obrigatório de máscaras nestes tempos de pandemia abriu espaço para novos negócios, uma bóia de salvação para quem as faz, quando falta sobretudo forma de colocar comida à mesa. Não falta ainda a comida para ser colocada à mesa. E ainda bem. A produção das máscaras caseiras para a venda é uma grande lição sobre como fazer negócio win-win, num país em que os empresários pensam tanto nos seus umbigos como os políticos, e não causa estranheza que muitas vezes sejam as mesmas pessoas. Os dias são de incerteza, dúvidas não há. «Lavar as mãos», que entre nós sempre souu a chacota, a um atestado de cobardia que entregamos ao outro que não é como nós, agora é o imediatamente oposto. Coragem. E é um apelo que se faz a todos. E não falta por onde lavar as mãos. Os tempos mudaram-se e os contextos provam que o sentimento do mundo grave também muda com ele. Sentimos falta dos dias cheios, azafamados, em que esbarramos em centenas de pessoas nas ruas e avenidas que fazem a cidade. Sentimos falta do que sempre significou sofrimento, mas que hoje a ausência não significa o contrário. É daquelas dores insuportáveis do amor, que a distância é tão sofrida como a presença. Talvez nunca tivéssemos pensado sentir falta dos transportes públicos apinhados de gente e da conversa solta para encurtar o destino. Eram provas de vida e de que velocidade possível o país andava, agora sabemos-lo e sabe ao salgado do mar. Hoje está quase tudo parado. Os dias vazios!



Aniversariantes



David Fardo



Feliz aniversário David Fardo, mais anos de vida e de muita luta pelos direitos da juventude e muitas batalhas vencidas. Seja mais um momento de reflexão sobre o antes e depois, sobretudo os objectivos futuros por alcançar. Votos de um óptimo dia e que

Deus te abençoe e conceda mais força para o combate justo pela justiça e pelos direitos humanos.

Safema



Amor, foi exactamente num dia como hoje que vieste ao mundo. Nós os teus protectores da terra desejamos que Deus te dê muitos e longos anos de vida. E pelo mesmo Deus de Ezekiel Gutti oramos para que te conceda muitas realizações e que tudo te vá bem. Parabéns marido! Eu e teus filhos te amamos bastante.

Sheyd Janny



Hoje tu inicias uma nova jornada neste momento de alegria por estares a completar mais um ano de vida. Quero te dizer que tenho muito orgulho em partilhar a tua amizade. Parabéns minha sobrinha e feliz aniversário! Que esta data se repita por muitos anos.

Stiven



Que Deus, nosso Pai, ilumine ainda mais o teu caminho, para que possas conquistar todos os teus sonhos. Quero também te agradecer por tudo que tens feito para que a nossa amizade fique cada vez melhor. Parabéns! Que esta data fique marcada na tua memória.

Mikson



Neste dia maravilhoso que simboliza quão grau de parentesco temos e como vivemos no mundo, quero te desejar tudo de bom e uma longa vida! E por se tratar da vida, tantas pessoas já passaram de mim e ao longo desses anos todos poucos permaneceram por muito tempo na minha memória, mas tu continuarás eternamente na minha vida.

Carlos



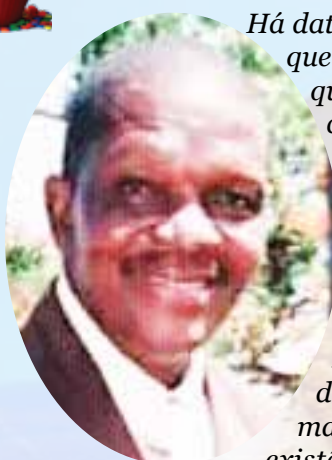
A tua amizade, carinho e satisfação é muito especial para todos aqueles que estão à tua volta. Cada segredo confessado, cada abraço apertado e cada conselho trocado foram essenciais para a construção do nosso relacionamento. Todos os momentos que vivi na tua companhia foram extremamente válidos. Tu és uma pessoa fantástica, que espero que esteja sempre ao meu lado.

Celso

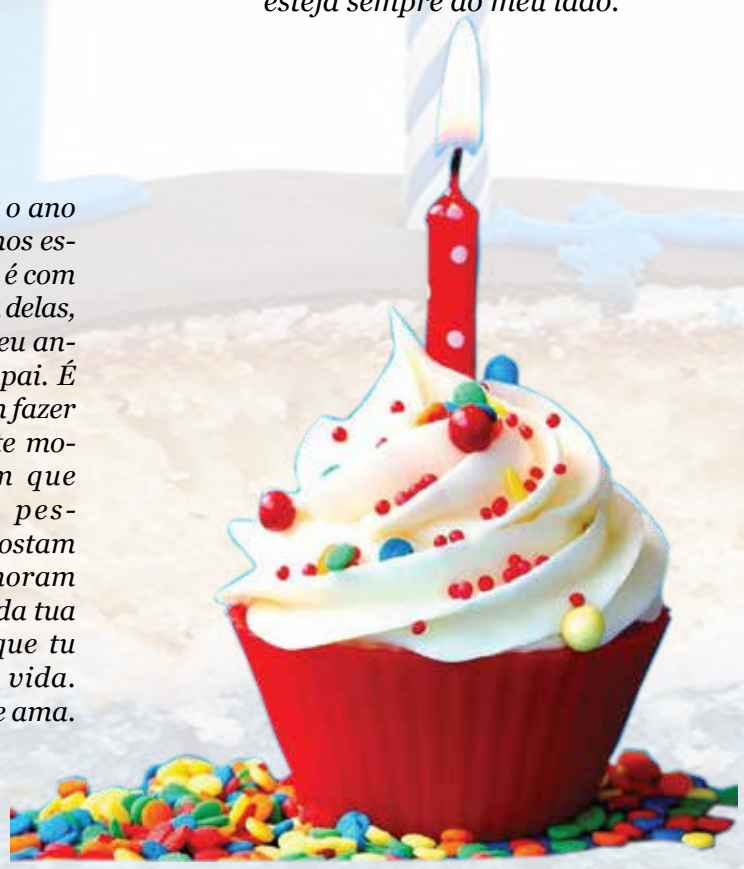


Curta o dia de hoje ainda com mais intensidade que os outros, pois a celebração da vida é um acto importantíssimo que deve ser festejado com muita alegria. Espero que a felicidade esteja sempre a transbordar na tua vida e que nunca te falte saúde e muitas outras conquistas.

Salomão



Há datas durante o ano que não podemos esquecer e hoje é com certeza uma delas, afinal é o teu aniversário, pai. É muito bom fazer parte deste momento em que todas as pessoas que gostam de ti comemoram mais um ano da tua existência, porque tu sabes dar sentido à vida. Lembre-te que a tua família te ama. Feliz aniversário!



cultura

Mulheres e rapariga dispõem de programa de protagonismo

O Centro de Recriação Artística lançou um programa para fomentar o protagonismo de mulheres e rapariga, com vista a estimular a sustentabilidade das mulheres através das artes, influenciar nas políticas de protecção das mulheres e raparigas, incentivar e capacitar as mulheres e raparigas rurais com limitações nas habilitações literárias, nas várias vertentes artísticas.


Atraves da YoungNetwork Group: Media internacionais aplaudem Moçambique

A agência de comunicação YoungNetwork Group criou uma publicação de real-time marketing para as redes sociais da marca Chiquita, nesta fase de isolamento social, que não passou despercebida à imprensa internacional.

Dos Estados Unidos a Itália, a Chiquita foi notícia em Harvard, no Adweek, Vanity Fair e Adage, entre outros, pela sua nova imagem em tempos de pandemia. Pela primeira vez desde 1944, ano em que passou a personificar a marca, a Miss Chiquita desapareceu do emblemático logótipo azul e amarelo para incentivar os consumidores a respeitarem as medidas de segurança e de distanciamento social, necessárias em todo o mundo de forma a travar a propagação do novo coronavírus.

A nova imagem foi pensada para o Instagram, mas rapidamente a elevada aceitação levou a marca a implementá-la em toda a sua comunicação. Este foi um trabalho criativo desenvolvido pela YoungNetwork, em parceria com a equipa de Redes Sociais da Chiquita.

“É nestas alturas desafiantes que as marcas têm que se reinventar e mostrar que conseguem manter os seus níveis de criatividade no auge, até porque têm a capacidade de fazer os cidadãos interiorizarem melhor as mensagens. A Miss Chiquita deu o exemplo e foi para casa.

É uma forma forte de incentivar ao #stayhome, e sem dúvida que reforça a responsabilidade social de uma marca divertida, mas atenta e séria perante um problema mundial”, afirma João Duarte, CEO da YoungNetwork Group.

Covid-19 acumula prejuízos nas indústrias culturais e criativas no país

O músico e compositor moçambicano Roberto Isaías disse, há dias ao **MAGAZINE Independente**, que o impacto da Covid-19 na indústria cultural está a criar prejuízos. Apontou ainda que há necessidade de se criar plataformas digitais e meios na comunicação social para sensibilização, reforçando as acções e medidas do Governo no combate à pandemia, como fazedor e líder de opinião.

Adelina Pinto e António Nhangumbe Nhangumbe



O coronavírus é um caso sério pelo qual devemos todos nos preocupar e tomar medidas urgentes, visando impedir que este se propague. A pandemia está a reduzir as oportunidades de trabalho dos artistas, promotores, revendedores de obras e casas de pasto.

Temos que nos reinventar face ao contexto dramático em que vivemos para a nossa subsistência, com o risco de colapso. Eu não fujo à regra como os outros colegas artistas, estamos na vanguarda, nas plataformas digitais e meios de comunicação social na sensibilização, para reforçar as acções e medidas do Governo no combate à pandemia, como fazedor e líder de opinião”, disse Isaías.

Em jeito de indignação, o músico frisou que há grandes prejuízos para as indústrias culturais e criativas com o cancelamento de shows e adiamento de grandes festivais nacionais e internacionais, a título de exemplo o Azgo, Zouk, carnavais, teatros, cinemas, e até eventos de negócios como a CASP 2020–Mozambique Investment Summit, em geral, actividades que dependem da

aglomeração de gente para sobreviver, onde os artistas são chamados a intervir.

Isaías avança que as perdas não têm estatísticas fiáveis no sector das indústrias culturais e criativas, não sendo possível quantificar. Já não se pode contar com o dinheiro da bilheteira ou das vendas de produtos de restauração. Os prejuízos vão desde os profissionais da área, técnicos de palco, até uma vasta rede de fornecedores, freelancers, motoristas, protocolos, seguranças, até ao ambulante que vende cerveja, cigarros, comidas às porta do show.

Para o artista, actualmente a indústria de restauração sobrevive com pequenos shows que atraem grupos de pessoas para os restaurantes e bares para assistir música ao vivo. Ficar sem trabalhar por longos períodos vai ser devastador para os artistas e indústria hoteleira.

Isaías, um dos vocalistas da banda Kapa Dech, avançou que “é importante que o Governo proponha medidas para ajudar o sector das indústrias culturais e criativas. Estamos ciente do actual contexto económico, político e social que coloca um grande fardo ao Governo, mas se nada se fizer pode causar

uma angústia considerável, especialmente para os promotores de eventos e artistas”.

Por outro lado, o músico referiu que é do domínio público que o Ministério da Cultura e Turismo está num processo de mapeamento dos artistas, temporários e promotores de eventos.

É um bom sinal porque realmente as estatísticas que temos não são fiáveis, o Instituto Nacional de Estatística tem o censo populacional global feito com todo o mérito, mas não responde especificamente à nossa indústria”, disse para quem “o pelouro da Cultura e Turismo da CTA tem este assunto na matriz sectorial como prioridade há mais de dois anos, tenho o privilégio de participar no diálogo público e privado com o Governo”, afirma.

No entanto, para mostrar o real desempenho do sector da Cultura na economia, o músico sugere a aprovação e implementação de uma metodologia que permite a produção de estatísticas fiáveis para o sector das indústrias culturais e criativas.

No que diz respeito ao sector da Cultura, o músico e compositor afirmou que nada mais lhe resta senão propor

a criação de uma conta satélite, a semelhança do sector do Turismo, dada a vantagem que apresenta na medição da contribuição directa



do sector nas contas nacionais, nomeadamente no valor acrescentado, no emprego e nas exportações e importações. Igualmente, deverá ser aprovada uma metodologia específica para cada ramo que compõe as indústrias culturais e criativas.

Alain Martial pensa no confinamento como oportunidade para repensar o social

Em meio a pandemia do coronavírus, Alain Kamal Martial Henry, Doutor e pesquisador em literatura pós-colonial, escreveu "Covid-19: entre o confinamento e a recuperação das liberdades essenciais". O também escritor e dramaturgo natural das Ilhas Mayotte faz uma reflexão sobre a humanidade que temos estado a ser, as cidades que temos estado a construir e este tempo de confinamento como uma oportunidade para repensarmos o social.



Alain Kamal Martial Henry

Elton Pila

Confinado em sua casa, nas Ilhas Mayotte, desde 17 de Março, Alain Kamal Martial faz um balanço da situação pré-crise e tem uma visão otimista do futuro, mas com a condição de que as sociedades humanas sejam capazes de superar o antigo modelo do capitalismo neo-liberal imposto a todas as principais cidades do mundo. "Será dada à humanidade a escolha entre as lições da crise para se renovar uma perda das ruínas de um capitalismo sem fôlego, agora destruído pelo coronavírus", escreve. O autor olha o capitalismo como a primeira vítima do Coronavírus. "E eis que, de repente, tudo pára. As lojas fecham. Os estádios do futebol fecham. As bombas do petro-dólar param. Os aeroportos se fecham. As fábricas fecham. A produção em massa parou. O consumo é limitado. Rios e florestas respiram. As bolsas desvalorizam-se. Menos poluição nas grandes cidades. A natureza assume o comando", constata. Para ele, o confinamento não tira a liberdade. "É a urbe e o modelo capitalista burguês do Ocidente que já me privaram da minha liberdade. A vida que me é dada para viver na urbe priva-me do

meu espírito e do meu senso crítico. A liberdade que acho estar a gozar é ilusória".

Escreve que a liberdade depende da capacidade de fazer escolhas conscientes como indivíduos capazes de estruturar a vida de acordo com os valores que me foram forjados ou que me foram transmitidos culturalmente.

Alain olha este momento como chave para pensar a cidade, um momento em que os políticos começam, finalmente, a falar sobre educação, saúde, cultura, humanidades pensantes, produtos intelectuais e simbólicos.

Acredita ser fundamental a defesa de obras de pensamento e de fundamentos intelectuais, que participem na construção do indivíduo e que reforcem sua capacidade de julgamento, seu poder crítico, sua escolha consciente e todo um conjunto de faculdades que constroem sua liberdade cidadã e humana. "Infelizmente, essas faculdades não crescem como unhas ou cabelos", diz.

Elas, continua, são cultivadas e construídas de acordo com o princípio do planejamento urbano, possibilitando a educação permanente e popular. "Porque a escola não é suficiente. O indivíduo social precisa de espaço para consumir obras intelectuais para conseguir aquele desiderato." Considera o confinamento como um momento para fixar o essencial e tem a clara certeza de que podemos usar nosso tempo para repen-

sar nossas sociedades, especialmente nos países pobres. Pensa que seja preciso repen-

sar o consumo para integrar as obras das humanidades pensantes produzidas por artesãos, artistas, pensadores, dando-os o valor essencial que os reconhece como produtos essenciais para distribuir e consumir na Cidade. "Após a crise, quando essas empresas reabrirem, mais espaço, mais pensamento e arte precisarão ser exigidos nas prateleiras das lojas, e sobre as telas e nos outdoors".

Todo artista, escreve, mais do que nunca, deve estar convencido de que sua arte é essencial para a cidade. Todo homem da ciência e cultura, continua, deve estar convencido disso. "Escritores, artistas e acadêmicos devem fazer campanha de mãos dadas como uma força para participar activamente na construção da cidade e de sua vida cívica. A presença de produtos intelectuais e simbólicos produzidos por escritores,

pesquisadores e outros criadores deve estar acessível nas prateleiras", sugere.

Esta crise, pensa Martial, deve abrir espaço para valorização do endógeno, construção duma nova cidade. "A nova cidade deve deixar um lugar importante para os artistas do país, deve se organizar em torno dos verdadeiros valores dos grupos sociais locais", diz.

Uma nova cidade, escreve ainda, que se pode tornar ponte entre o indivíduo e sua humanidade. O ressurgimento dessa revolução leva os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, conclui, a um futuro que faz parte de uma dinâmica de criação de um modelo mais apropriado, capaz de apoiar e retomar o que é mais humano, o qual será promissor por causa das lições aprendidas das ruínas deste capitalismo "confinado".

Morreu Ellis Marsalis, o histórico pianista de jazz de Nova Orleães

O pianista de jazz Ellis Marsalis, nome histórico de Nova Orleães, pai dos músicos Wynton e Branford Marsalis, morreu aos 85 anos, infectado pela covid-19.

"É com muita tristeza que anuncio a morte de meu pai, Ellis Marsalis Jr., na sequência de complicações do coronavírus", disse o filho Branford Marsalis, num comunicado.

Ellis Marsalis estava internado num hospital de Nova Orleães, no Louisiana.

"O meu pai era um gigante na música e no ensino, mas um pai ainda maior" escreveu ainda o saxofonista Branford Marsalis. "Deu tudo o tinha para nos permitir atingir o melhor de nós mesmos".

Nascido em Novembro de 1934, em Nova Orleães, filho de um dos primeiros proprietários negros da cidade, Ellis Marsalis frequentou o ensino particular e teve a formação clássica de música, arredada do jazz que dominava a cidade, naquela década.

O apelo pelo som das 'big bands' foi maior, e o jo-



vem Ellis Marsalis acabou a acompanhar músicos locais, com o seu primeiro instrumento, o saxofone tenor.

A opção pelo piano viria mais tarde, na década de 1950, quando estudava música, na Universidade Dillard, no Louisiana, e se afirmava admirador dos heróis do 'bebop', como o saxofonista Charlie Parker e o pianista Thelonious Monk.

Data dessa época o encontro com o baterista Ed Blackwell e o saxofonista Harold Battiste. A etapa seguinte seria Los Angeles, onde se cruzou com Ornette Coleman.

Mobilizado para a Marinha,

na Califórnia, passou a ser o pianista de The Corp Four. Terminado o serviço regressou à terra natal, onde se fixou e se cruzou com todos os gigantes do jazz, como músico e como professor, dos seus contemporâneos Cannonball e Nat Adderley, às novas gerações de Marcus Roberts e Courtney Pine.

Professor, durante décadas, no New Orleans Center for Creative Arts, da Universidade de Nova Orleães, e na Xavier University, teve por discípulos músicos como Terence Blanchard, Donald Harrison Jr. e Harry Connick Jr.

desporto

Muhammad Sidat indicado para grupo de trabalho na FIFA

O moçambicano Muhammad Sidat, actualmente a trabalhar na Confederação Africana de Futebol, foi nomeado para integrar um grupo restrito de trabalho a cargo da FIFA, em representação da CAF, e que incluirá também representantes de outras confederações de futebol no mundo, bem como outros importantes "stakeholders" do futebol mundial.

**Futuro da Fórmula 1 em risco**

O adiamento do GP do Canadá, originalmente planeado para 14 de Junho, no circuito Gilles Villeneuve, em Montreal, e a extensão do período obrigatório de inactividade, de 21 para 35 dias, deixaram os responsáveis da Fórmula 1 à beira de ataques de nervos.

Devido à pandemia de Covid-19 não foram organizadas as primeiras nove corridas do campeonato de 2020, que tinha o número recorde de 22 no calendário, mas sete Grandes Prémios foram apenas suspensos, podendo, por isso, realizar-se mais tarde.

Chase Carey, director do Grupo Fórmula 1, insiste na possibilidade de campeonato com 15 ou 16 corridas, podendo iniciar-se a época até ao Verão. Controlando-se o problema global de saúde pública e mantendo-se a programação planeada, com o arranque do Mundial a 28 de Junho, com o Grande Prémio de França, em Paul Ricard.

Mas, financeiramente, a Covid-19 é demolidora, tanto para o Grupo Fórmula 1 como para as 10 equipas que aceleram no Mundial. Em 2019, só ao promotor e não contando com os pagamentos às escuderias, o campeonato custou 381 milhões de dólares! Em 2020, a manutenção das despesas fixas e ausência de receitas, sendo que a sugestão de muitas corridas em poucas semanas preocupa. Concentrar 18 corridas em seis meses não é o mesmo que participar em 18 corridas durante 12 meses! Precisamos de mais componentes, mais mecânicos", explica Frédéric Vasseur, director da Alfa Romeo, que propõe uma solução simples: Dois dias em vez de três por Grande Prémio. Não temos recursos para mais".

Mais radical, o antigo piloto Jan Lammers sugeriu dois Grandes Prémios por semana. O que impede a realização de um GP nas noites de terça e quarta-feira, como acontece no futebol com os jogos da Liga dos Campeões? Não tem de ser sempre ao fim de semana", sugeriu. **In Abola**

"Deixa-andar" dita interdição de estádios de futebol pela CAF em Moçambique

Dois emblemáticos estádios de futebol, nomeadamente o Estádio Nacional do Zimpeto e o da Machava, foram interditados pela Confederação Africana de Futebol, CAF, através dos seus inspectores, devido a deficiências nas suas infra-estruturas desportivas. A CAF deu apenas três meses para se corrigir as irregularidades.

Alfredo Langa

O "deixa-andar" nos custou muito caro, no que diz respeito às infra-estruturas desportivas dos nossos cartões-de-visita para ver uma boa prática de futebol. No Estádio da Machava e no Estádio Nacional do Zimpeto a comunidade desportiva nacional, e não só, tem ido deixar as suas lágrimas de alegria e tristeza, na hora de sair de lá com um resultado positivo ou com uma derrota envergonhada da selecção nacional, que agora ostenta o nome duma poderosa serpente venenosa Os Mambas. Entretanto, os dois estádios foram reprovados pela Confederação Africana de Futebol (CAF). Basicamente, constatou-se que as referidas infra-estruturas desportivas não obedecem os critérios de elegibilidade para acolher jogos internacionais.

Através do relatório final dos inspectores da Confederação Africana de Futebol, CAF, foi dado um prazo até 15 de Julho do corrente ano para que o Governo e o Clube Ferroviário de Maputo resolvam os problemas detectados. Caso não, os Mambas podem estar em perigo de jogar fora de portas, tal como será com a selecção da Tanzânia que já escolheu o campo do Orlando Pirates, da África do Sul, para realizar



Inspectores da CAF com o "Staff" da Federação Moçambicana de Futebol

os jogos oficiais sob a égide da CAF e FIFA.

O Estádio Nacional do Zimpeto é neste momento a casa dos Mambas e, segundo deu

cia de imprensa, o Estádio Nacional do Zimpeto é o que apresenta problemas graves. Explicou ainda que "a iluminação do Zimpeto está mal e

identificados são relacionados com os torniquetes. Como se sabe, o Estádio Nacional do Zimpeto tem capacidade para 42 mil espectadores, no entanto nunca sabemos quantos temos em cada jogo, e a CAF é rigorosa neste aspecto. E isso só pode ser possível com torniquetes e software".

Disse ainda que a zona de entrada e estacionamento dos autocarros dos jogadores também deve estar protegida, o que não acontece no Estádio Nacional do Zimpeto, pondo em perigo os jogadores de qualquer selecção, tanto os nossos como os visitantes.

O presidente da Federação Moçambicana de Futebol, Feizal Sidat, deixou claro que a zona VIP mereceu também muita atenção por parte dos inspectores da CAF. "A zona VIP deve ter segurança no perímetro à sua volta, o estado irregular do relvado, os balneários, a sala de exames médicos, nomeadamente o departamento anti-doping, para além das câmaras de segurança, cujo funcionamento é deficiente".

No que diz respeito ao nosso fervoroso Estádio da Machava, este não reúne condi-



Estádio Nacional do Zimpeto em degradação acentuada

a conhecer o presidente da Federação Moçambicana de Futebol, FMF, em conferên-

é preciso melhorar e termos um gerador, como segunda opção. Outros problemas

ções de acolhimento de jogos dos Mambas, que já não os recebe há bastante tempo.



Estádio da Machava necessita de requalificação total

Tudo que é prova da CAF ou FIFA não há espaço para tal. Ficaram liberados apenas os jogos do Moçambola e das camadas inferiores. Entretanto, na semana pas-

sada o MAGAZINE Independente apurou que a Direcção do Clube Ferroviário de Maputo, CFM, efectuou uma visita ao Estádio da Machava para avaliar e fazer um

levantamento das condições impostas pela CAF- Confederação Africana de Futebol. A delegação foi chefiada pelo presidente “locomotiva” Teodomiro Ângelo.

Secretário de Estado do Desporto promete repor o ENZ

Face à interdição por parte da Confederação Africana de Futebol, CAF, do Estádio Nacional do Zimpeto e da Machava, o Governo de Moçambique, que é praticamente o dona do ENZ, já reagiu e prontificou-se a corrigir os problemas constatados, com maior urgência para o Estádio Nacional do Zimpeto, que vai acolher os jogos de qualificação para o CAN de 2021, nos Camarões, em perigo devido a Covid-19, e o Mundial do Qatar, em 2022.

O Secretário de Estado do Desporto, Gilberto Mendes, garantiu oficialmente que o Governo vai intervir no ENZ.

Gilberto Mendes disse aos órgãos de informação que “logo que o Governo recebeu o relatório da CAF, a Secretaria de Estado do Desporto e a Federação Moçambicana de Futebol (FMF) fizeram-se ao terreno para pôr mãos à obra e responder às recomendações que dão conta da necessidade urgente de melhorar a iluminação, o relvado e aspectos de controlo da segurança do recinto desportivo. Acrescentou que “foram acionados os protocolos com a Embaixada da China e accionada a garantia para a resolução da questão da iluminação. Já temos em cima da mesa três propostas para



Gilberto Mendes, Secretário de Estado do Desporto

colocação dos torniquetes e sobre a questão da relva já temos fechado o concurso público para a contratação da empresa que vai fazer a manutenção, e num curto espaço de tempo teremos a inspecção da CAF a dar o aval para a utilização do nosso estádio em jogos internacionais”.

Portanto, as obras de melhoria das bancadas, de vedação do perímetro do estádio, entre outras, já estão em curso e deverão todas ser finalizadas antes de 15 de Junho próximo, data aprazada pela CAF para realizar uma nova visita de inspecção ao Estádio Nacional do Zimpeto.

FMX aposta em iniciativas online



Com a suspensão à escala nacional de actividades desportivas, no que diz respeito à modalidade de xadrez, a pandemia também criou embaraços. No presente ano, das Olimpíadas da Rússia até então só havia realizado os nacionais da Liga “B” e seniores femininos, onde foram apuradas as representantes de Moçambique nas Olimpíadas da Rússia, nomeadamente Vânia Vilhete, Neusa Castro, Sheila Sitoi, Nuzela e Naira Sinoia, esta última que foi seleccionada juntamente com João Farrise para participar nos já adiados jogos da CPLP, em Timor-Leste.

Neste contexto, estava prevista a realização dos nacionais de seniores para apurar a selecção masculina para as Olimpíadas da Rússia, tendo sido adiada devido ao coronavírus.

A FMX, através dos seus membros, nestes dias em que todos os xadrezistas estão em quarentena e a cumprir com o Estado de Emergência, decretado pelo Chefe de Estado, Filipe Nyusi, encontrou uma forma de manter os xadrezistas a praticarem a modalidade.

Na nova era digital, o xadrez abre espaço para jogar online a nível doméstico e internacionalmente.

Tem havido torneios online de forma frequente no grupo de WhastsApp, que não têm direito a homologação oficial, sendo uma forma encontrada para manter a mente desportiva dos xadrezistas.

Um dos mentores dos torneios online, que conta com o apoio financeiro de xa-

dreistas e ex-dirigentes no incremento da premiação, Milton Botão, garantiu ao MAGAZINE Independente que “todas as iniciativas são válidas no momento que nos encontramos, sem desrespeitar as regras básicas de prevenção contra a Covid-19.

Por exemplo, os torneios online não mantêm contacto físico com outra pessoa, mas digital, daí que os xadrezistas vão treinando e competindo para manter a forma. Estamos numa fase difícil onde devemos nos adaptar, não só o xadrez, mais sim todo o desporto.



Acreditamos que quando as coisas passarem vamos correr atrás do relógio com quase tudo programado e reprogramar, para continuarmos com as nossas actividades na Federação Moçambicana de Xadrez”.

Entretanto, a Grand Chess Tour (GCT) anunciou oficialmente o cancelamento da temporada 2020, devido a pandemia global conhecida por Covid-19.



Federações nacionais terão novas datas de apuramento às Olimpíadas de Tóquio

O Comité Olímpico Internacional deu garantias, recentemente, de que as federações internacionais são livres de definirem os seus próprios prazos de qualificação, desde que não ultrapassem a data estipulada. Moçambique ainda sonha com a qualificação de mais modalidades aos Jogos Olímpicos, adiados para o próximo ano, em Tóquio.

Alfredo Langa

As federações nacionais das diversas modalidades, com maior destaque para as que vão disputando a vaga para os Jogos Olímpicos de Tóquio, no Japão, adiados para o próximo ano de 2020, devido a Covid-19, vão ter novas datas de apuramento, ao critério das suas respectivas federações internacionais.



A vela estará em acção nas Olimpíadas de Tóquio

Segundo apuramos de um comunicado do Comité Olímpico Internacional, esse organismo mundial que organiza os Jogos Olímpicos deu garantias de que as federações internacionais são livres de definirem os seus próprios prazos de qualificação, desde que não ultrapassem a data estipulada. Após a remarcação da data dos Jogos Olímpicos para 23 de Julho a 8 de Agosto de 2021, no

Japão, o Comité Olímpico Internacional (COI) estendeu o período de qualificação para até 29 de Junho, um mês antes do evento.

Neste contexto, ficou decidido, através do COI, que o dia 5 de Julho é o fim do prazo de inscrições dos atletas participantes da competição multidisciplinar, a decorrer em Tóquio.

Está claro que todos os atletas que atingiram a qualificação para Tó-

quio/2020 mantêm a qualificação em 2021, sendo permitido estender o critério de elegibilidade da idade por mais um ano. Com isso, os atletas com idade para competir em 2020 poderão continuar a fazê-lo em 2021, a não ser que estejam em causa riscos para a segurança ou a saúde dos mesmos. Portanto, as diversas modalidades moçambicanas que sonham com o apuramento aguardam com maior ex-

pectativa as novas datas, longe da Covid-19, para intensificarem os seus preparativos para apurar mais atletas e modalidades aos jogos.

Moçambique sonhava qualificar 25 atletas aos Jogos Olímpicos Tóquio/2020, segundo o Comité Olímpico Moçambicano.

A meses da cerimónia de abertura de Tóquio/2020, Moçambique alimentava a esperança de participar com 25 atletas, nas modalidades de natação, canoagem, pugilismo, judo, atletismo e basquetebol feminino. Entretanto, já apurou no boxe e vela, tendo sido eliminada totalmente no basquetebol, caindo por terra a meta de apurar os 25 atletas, sonho reservado apenas, até este momento, a cinco atletas, três de vela e dois do boxe. O boxe foi apurado em femininos, através de Alcinda Panguene e Rady Gramane, enquanto na vela foram apuradas Deyse Nhaquile, Denise Parruque e Maria Machava, velejadoras de 19, 17 e 15 anos, respectivamente. As restantes modalidades ainda vão lutar pelo apuramento, sendo que as datas estão reféns da evolução da Covid-19.

PUBLICIDADE



S.V.S de Moçambique, Lda

Importação & Exportação, Especializado em Material Informático, Escritório e Didáctico
Av. Ahmed Sekou- Touré nº 1078 D R/C Telefax: 21-313615 / 82-3450322/ 843102870
Email: sv.s.lda@gmail.com/ sitesamuelvasco@hotmail.com
NUI: 400126240, Maputo - Moçambique